



F.R.  GO

Relatório & Contas 2023

ÍNDICE

RELAT3RIO DE ADMINISTRAÇÃO	3
1. Envolvente macroecon3mica	3
2. Mercado Segurador Portugu3s	5
3. Atividade da empresa	7
4. Evolução dos neg3cios	8
5. Resultados e situaç3o econ3mica e financeira	9
6. Recursos Humanos e Responsabilidade Social	11
7. Evoluç3o previsível da sociedade	13
8. Proposta de aplicaç3o de resultados	15
9. Informaç3o exigida por documentos legais	15
10. Principais riscos e incertezas	16
11. Notas finais	16
ANEXO AO RELAT3RIO DE GEST3O	19
BALANÇO	21
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	23
DACP 2023	25
DFC	27
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRA	29
1. Identificaç3o da entidade e per3odo de relato	29
2. Referencial contabilístico de preparaç3o das Demonstrações Financeiras	29
3. Principais pol3ticas contabilísticas	30
4. Fluxos de Caixa	39
5. Pol3ticas contabilísticas, alteraç3es nas estimativas contabilísticas e erros	40
6. Partes relacionadas	40
7. Ativos intangíveis	42
8. Ativos fixos tangíveis	43
9. Locaç3es	45
10. Financiamentos obtidos	46
11. Outros Investimentos financeiros	47
12. R3dito	49
13. Subsídios do Governo e apoios do Governo	50
14. Acontecimentos ap3s a data do balanço	50
15. Impostos sobre o rendimento	50
16. Instrumentos financeiros	52
17. Capital	54
18. Benef3cios dos empregados	56
19. Divulgaç3es exigidas por diplomas legais	56
20. Outras informaç3es	57
21. Fatores de Risco Financeiro	59
22. Proposta de aplicaç3o do resultado	59
23. Prestaç3o do serviço de distribuiç3o de seguros ou de resseguros	60
PARECER DO CONSELHO FISCAL	66
RELAT3RIO DE AUDITORIA	68

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

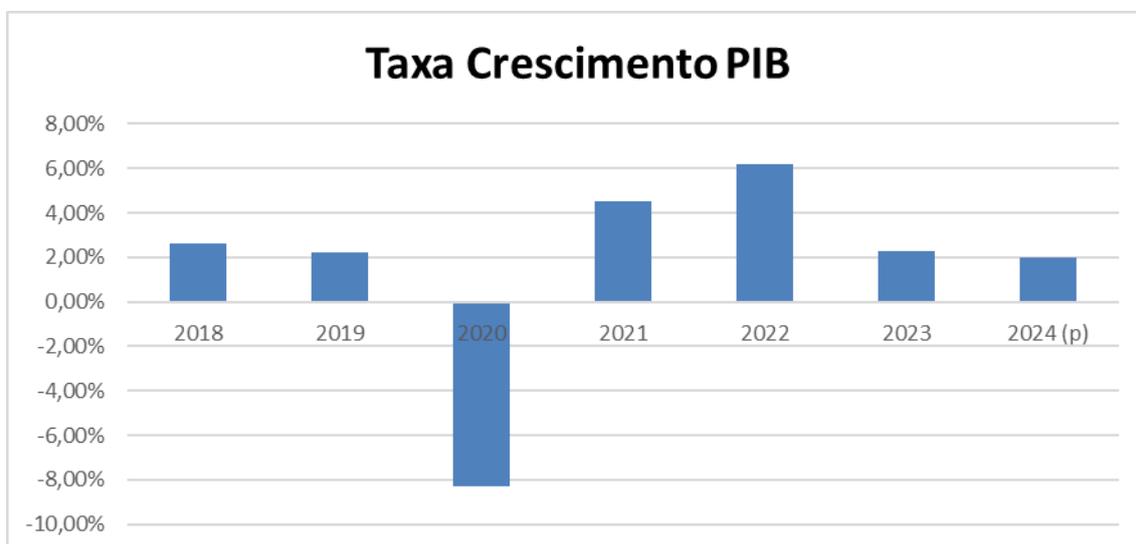
EXERCÍCIO DE 2023

Em conformidade com o previsto no Contrato de Sociedade e com as disposições legais aplicáveis de acordo com o Código das Sociedades Comerciais, vem a F. Rego – Corretores de Seguros S.A. (F. Rego), submeter à apreciação dos acionistas:

- Relatório de Gestão, relativo ao ano económico encerrado em 31 de dezembro de 2023;
- Proposta de aplicação do resultado líquido do período;

1. Envolvente macroeconómica

No ano de 2023, o panorama económico de Portugal foi marcado por uma ligeira expansão, com a economia a crescer 2,3%, projetando-se, no entanto, uma moderação deste ritmo para 2% em 2024, antes de uma recuperação para 2,2% em 2025 e 2,0% em 2026.



A inflação, que atingiu um pico de 4,3% em 2023, espera-se que siga uma trajetória descendente, caindo para 2,3% em 2024 e estabilizando em torno dos 2,0% nos anos subsequentes, apesar das revisões em baixa do Banco de Portugal quanto ao crescimento económico e inflação para 2024.



Este contexto de abrandamento económico refletiu-se no segundo e terceiro trimestres de 2023, com uma estagnação motivada pela fraca procura externa, os efeitos acumulados da inflação e uma política monetária mais restritiva. Esta última, em particular, teve um impacto negativo mais imediato no setor industrial, enquanto o setor dos serviços mostrou maior resiliência, sustentando uma situação laboral relativamente favorável, apesar de um ligeiro arrefecimento do emprego.

Prevê-se que o crescimento económico retome gradualmente ao longo de 2024, impulsionado pela recuperação da procura externa, o impacto positivo da diminuição da inflação no rendimento real das famílias e o estímulo dos fundos europeus ao investimento. A médio prazo, espera-se que o crescimento beneficie da atenuação dos efeitos da política monetária restritiva.

Do ponto de vista orçamental, projeta-se que os principais indicadores mantenham uma evolução favorável. O excedente orçamental que atingiu 1,1% do PIB em 2023, acima dos 0,8% previstos, apesar de um cenário macroeconómico menos favorável projetado para 2024, superou as expectativas. A dívida pública, que se aproximou dos 100% do PIB no final de 2023, deverá continuar a sua trajetória descendente, sustentada por excedentes primários e um diferencial negativo entre a taxa de juro implícita da dívida e o crescimento nominal do PIB.

Portugal deverá continuar a crescer acima da média da zona euro entre 2024 e 2026, refletindo um maior dinamismo do investimento e das exportações. Este diferencial de crescimento é também sustentado por uma melhoria na produtividade do trabalho, em parte devido à redução do diferencial de escolaridade em relação à zona euro.

Este retrato macroeconómico aponta para um período de ajuste e recuperação gradual,

com o país a enfrentar desafios, mas também a mostrar sinais de resiliência e potencial para um crescimento sustentado a médio prazo.

Em resumo, 2023 foi um ano de crescimento modesto para a economia portuguesa, embora acompanhado de desafios significativos, nomeadamente a alta inflação e a necessidade de uma política monetária mais restritiva. As perspetivas para os próximos anos são de moderação no crescimento, mas com uma base sólida para a recuperação sustentada, apoiada pela melhoria das condições macroeconómicas e pelo investimento estratégico. A gestão cuidadosa da política fiscal e monetária continuará a ser fundamental para assegurar a estabilidade e o crescimento económico de Portugal.

2. Mercado Segurador Português

Panorama Geral

O setor segurador em Portugal, em 2023, evidenciou dinâmicas interessantes, refletindo tanto os desafios quanto as oportunidades do contexto macroeconómico. O volume total de produção de seguro direto superou os 11,8 mil milhões de euros, marcando uma ligeira contração de 2% em comparação com o ano anterior. Este movimento é particularmente notável no segmento de seguros de Vida, que sofreu um decréscimo de 14,3%, enquanto os seguros Não Vida apresentaram um crescimento robusto de 10,2%.

Estrutura do Mercado e Concentração

A estrutura do mercado segurador português sofreu ligeiras alterações na sua composição. O Índice de Hirshman-Herfindahl (IHH), um indicador da concentração de mercado, aumentou marginalmente de 0,1175 em 2022 para 0,1180 em 2023, sugerindo uma ligeira elevação na concentração de mercado. Este aumento reflete-se também na composição da carteira, com os seguros Não Vida a ampliar a sua quota de 49,9% para 56,31%, evidenciando uma preferência crescente por produtos não ligados à vida.

Desempenho por Ramos

Analisando especificamente a produção de seguro direto, o ramo Vida registou uma contração significativa de 14,3%. Contrariamente, os Ramos Não Vida, seguindo a tendência dos últimos anos, evidenciaram um incremento na produção de 10,2%. Esta oscilação na preferência dos consumidores sugere uma maior cautela e reavaliação dos riscos, com um foco crescente em seguros que oferecem proteção mais imediata e tangível.

A análise detalhada por ramos revela variações notáveis. O segmento Não Vida, que inclui categorias como Acidentes e Doença, Incêndio e Automóvel, demonstrou um crescimento generalizado, destacando-se o aumento expressivo de 13,12% em Acidentes e Doença. No ramo Vida, apesar da retração geral, os Planos de Poupança Reforma (PPR) viram o seu peso aumentar, apesar de uma diminuição na produção, refletindo uma tendência de conservadorismo e busca por segurança financeira a longo prazo.

Estrutura do Mercado Segurador

Em termos de estrutura de mercado, não se registaram alterações significativas no número de empresas de seguros a operar em Portugal em 2023, mantendo-se estável em 63 empresas. Esta estabilidade sugere uma maturidade do mercado, com as empresas existentes a solidificar a sua presença e a adaptar-se às mudanças regulatórias e de mercado.

Conclusão

O ano de 2023 foi marcado por uma reconfiguração das preferências de seguros em Portugal, com uma diminuição no interesse por seguros de Vida e um aumento nos Ramos Não Vida. A ligeira elevação na concentração de mercado e a estabilidade no número de operadores refletem um setor em fase de adaptação, procurando alinhar a sua oferta às necessidades e expectativas dos consumidores num contexto económico desafiante. O mercado segurador português, apesar das variações observadas, demonstra resiliência e capacidade de ajuste frente às dinâmicas económicas e sociais.

Número de Mediadores

Ao fechar o ano de 2023, o registo da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) contabilizava cerca de 10.489 mediadores de seguros, marcando uma redução de 198 mediadores comparativamente a 2022. Esta diminuição, representando um decréscimo de 1,85%, reflete a adaptação ao quadro regulatório mais rigoroso e às exigências de qualificação, culminando na saída de mediadores que não se ajustaram aos novos requisitos.

Distribuição Geográfica e Categorias de Mediadores

A distribuição geográfica dos mediadores permaneceu amplamente diversificada, com

presença significativa em todo o território nacional. A estrutura do mercado, em termos de categorias de mediadores, manteve-se estável, sugerindo uma maturidade na composição do setor. A variação observada no número de mediadores é particularmente notável entre agentes individuais e coletivos, com um aumento notável de mediadores coletivos, indicando uma tendência de profissionalização e agrupamento de competências no setor.

Impacto das Mudanças Regulatórias

As alterações introduzidas pelo regime jurídico da distribuição de seguros (RJDS) continuaram a influenciar a estrutura do mercado. A estabilização observada no número de mediadores sugere que a fase inicial de ajuste ao novo quadro regulatório está a chegar ao fim, com o mercado a adaptar-se às exigências de qualificação e profissionalismo impostas pela legislação.

Perspetivas Futuras

O mercado de distribuição e mediação de seguros em Portugal está a atravessar um período de transformação, com um enfoque crescente na qualificação, na profissionalização e na adaptação a um ambiente regulatório mais exigente. A tendência de redução no número de mediadores é expectável que se estabilize à medida que o mercado absorve os impactos das mudanças regulatórias e se ajusta às novas realidades. A formação contínua e o aprofundamento das competências dos mediadores permanecerão como elementos centrais para assegurar a resiliência e o desenvolvimento sustentável do setor no futuro.

Em conclusão, 2023 foi um ano de consolidação e adaptação para o mercado de distribuição e mediação de seguros em Portugal, com sinais claros de maturação e profissionalização. A expectativa é de que estas tendências se mantenham, sustentando um mercado de seguros robusto e adaptável às necessidades dos consumidores.

3. Atividade da empresa

Ano e meio após ter absorvido a coimbrã Wise Broker, a F. Rego, através da holding do grupo, concretizou mais um passo no seu processo de consolidação e crescimento, tendo, no último trimestre de 2023, adquirido a totalidade do capital das empresas SR Mediação de Seguros (de Leiria) e Francisco Leite Mediação de Seguros (de Matosinhos).

Paralelamente no mesmo período, aprofundou a parceria já existente com o mediador Unânime Mediação de Seguros, associando a sua marca à parceria rebatizada de “Unânime Seguros by F. Rego”.

Procura a F. Rego, com este processo de consolidação e crescimento, sedimentar-se como a maior corretora de seguros de capital 100% nacional e continuar o seu processo de ascensão nacional que, em 2022, a colocou em 7ª lugar no ranking das corretoras em atividade em Portugal. A F. REGO tem vindo, nos últimos anos, a implementar um ambicioso plano estratégico de crescimento a nível nacional.

Internamente a F. Rego continuou a dar passos na automação e digitalização de processos, tendo investido em 2023 na modernização e reconversão do seu ERP. Com a aposta nesta nova ferramenta digital global de gestão concretiza-se o objetivo de elevar o posicionamento da F. Rego em termos de qualidade do serviço a prestar aos seus clientes e partilha com parceiros. A implementação ao longo do ano de 2023 obrigou à adaptação de processos e culminou numa modernização geral da organização como um todo.

Ainda no início de 2023, 44 anos após a criação do Grupo Rego, o seu fundador Fernando Rego, foi agraciado com o prémio Carreira na cerimónia realizada pela APROSE – Associação Nacional de Agentes e Corretores de Seguros.

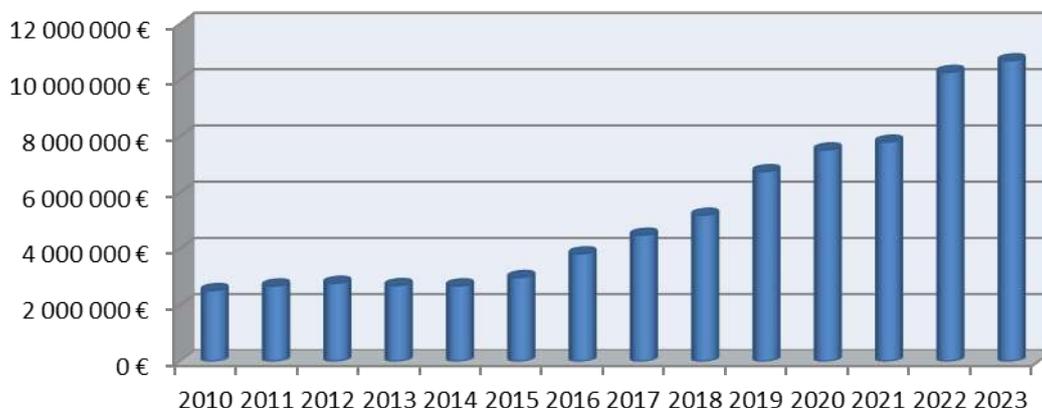
4. Evolução do negócio

A F. Rego manteve a implementação das bases estratégicas definidas pela Administração e que passam pelo crescimento sustentável, suportado pelo reforço das margens operacionais e assente na melhoria e modernização de processos internos e no reforço da qualidade serviço ao cliente.

Os resultados alcançados, em sintonia com os objetivos estratégicos, representam a concretização plena do programa definido pela administração.

O volume de negócios, no exercício de 2023, registou uma tendência consistente de subida, tendo verificado um crescimento de 4,1% face ao ano anterior (de 10.288.861,64€ para 10.701.772,04€)

Apesar da conjuntura macroeconómica desfavorável, dos desafios macroeconómicos desafiantes (inflação e taxas de juros elevadas), da instabilidade política em Portugal e da retração do setor, a F. Rego registou uma evolução do volume de negócios, mantendo taxas de crescimento sustentadas nos últimos exercícios.



5. Resultados e situação económica e financeira

5.1. Resultados

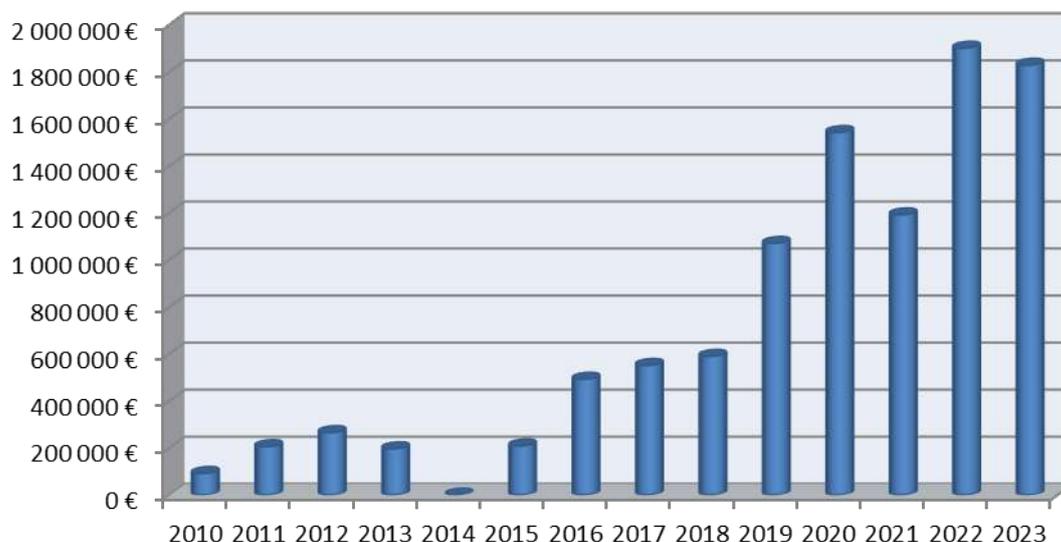
No exercício de 2023, A F. Rego alcançou um resultado líquido 1.828.436,75 €, o que representa um decréscimo de 72.372,53 € (cerca de -3,81%) quando comparado com o ano anterior.

Os processos de aquisição e consolidação das sociedades SR Mediação de Seguros e Francisco Leite Mediação de Seguros, representaram um esforço adicional na racionalização de operações redundantes, a unificação de sistemas e processos e a gestão de recursos humanos. Esses esforços de integração geraram, naturalmente, custos adicionais no curto prazo, sendo que esse impacto dissipar-se-á ainda durante o exercício de 2024.

Em contrapartida, por força da concretização dos processos de aquisição das novas participadas ter apenas ocorrido no último trimestre de 2023, o impacto positivo que se espera na consolidação das respetivas receitas, na F. Rego, será apenas verificado no exercício de 2024.

A revisão das políticas de financiamento, nomeadamente na substituição das aquisições de viaturas com recurso a *leasing* em detrimento do *renting*, bem como o crescimento das amortizações por força dos fortes investimentos no novo ERP e em ferramentas digitais diversas, pressionaram em 2023 o Resultado Líquido obtido, face ao exercício anterior, impedido o seu crescimento.

O Resultado Líquido reflete, portanto, a normal consolidação da atividade, apesar de se manter praticamente aos níveis do exercício anterior.



5.2. Situação económica e financeira

A robustez dos indicadores financeiros mantém-se como prioritário para administração.

Indicadores	2023	2022
Autonomia Financeira	56,63%	68,03%
Solvabilidade	130,55%	212,77%
Endividamento	43,37%	31,97%
Vendas e Prest.Serv/Capital Próprio(%)	269,40%	267,46%
Débitos Correntes/Capital Próprio(%)	74,20%	43,74%
Passivo/Capital Próprio(%)	76,60%	47,00%
Liquidez Geral	1,90	2,58
Valor Acrescentado Bruto (VAB)	6 175 656,96 €	5 530 981,88 €
Rentabilidade do Cap. Próprio	46,03%	49,41%

A F. Rego continua a assegurar níveis de rentabilidade muito positivos e forte robustez financeira, mantendo a sua posição de independência face a terceiros, com é possível verificar pela análise dos rácios de rentabilidade.

5.3. Investimentos

Durante o ano de 2023, a F. Rego - Corretores de Seguros, SA, fez investimentos de 353.148,47 € (118.744,63 € em ativos fixos tangíveis e 34.403,84 € em ativos intangíveis).

Relativamente a investimentos financeiros, por via da aquisição de unidades de participação dos fundos *Portugal Opportunities Fund FCRII*, financiou em 200.000€ (duzentos mil euros), empresas associadas a atividades de investigação e desenvolvimento.

6. Recursos Humanos e Responsabilidade Social

No âmbito dos Recursos Humanos, no decorrer de 2023, para além do reforço e qualificação das equipas, foi reforçada a equipa e foram incorporados os quadros das empresas adquiridas, sendo que o turnover entre entradas e saídas foi de 15%, num universo, a 31 de dezembro, de 80 pessoas.

No âmbito da qualificação e capacitação dos seus recursos humanos, a F. Rego deu continuidade ao plano de formações online e presenciais. O custo total do investimento com a formação foi de aproximadamente 40.000 euros

A formação dos quadros superiores da F. Rego continua a ser uma aposta permanente da administração usufruindo da parceria de longo prazo com a AESE, uma importante e reconhecida Escola de Negócios.

As formações distribuíram-se por onze áreas:

Área de formação	Número de horas
Desenvolvimento pessoal	66
Línguas e literaturas estrangeiras	78,5
Comércio	60
Finanças, banca e seguros	613
Contabilidade e fiscalidade	12
Gestão e administração	545
Enquadramento na organização/ empresa	148
Direito	20,5
Informática na ótica do utilizador	316
Serviços de Transporte	20
Proteção do Ambiente	81

Considerando a imposição de 40 horas anuais de formação, a F. Rego ultrapassou o objetivo, atingindo um total de 44,11 horas.

Relativamente ao índice de eficácia das formações ministradas conseguiu-se um resultado de 85,18%, tendo sido atingido o objetivo proposto.

Ano	Nº Médio Horas de Formação	Índice de Eficácia
2023	44,11	85,18%
2022	45,8	68,20%
2021	39,16	76,19%
2020	35,00	93,93%

Desde a pandemia do Covid-19, permanece na F. Rego o modelo de trabalho híbrido em toda a equipa, com as devidas adaptações de acordo com as funções e de acordo com as exigências de cada delegação.

A empresa conta ainda com a participação de colaboradores indiretos que não integram os quadros, cujo custo está refletido em “Fornecimentos e Serviços Externos”, nomeadamente na rubrica de “Honorários”.

No âmbito da responsabilidade social e empresarial são várias as entidades apoiadas e as iniciativas nas quais a organização esteve envolvida em 2023, nomeadamente e externamente:

- APECEF
- A Mutualidade de Santa Marinha
- Academia Lipor
- Acreditar
- CASA – Centro de Apoio aos Sem Abrigo
- Casa dos Pobres de Coimbra
- Centro Social e Paroquial de Vilar de Andorinho
- Centro Social e Paroquial de Nossa Senhora da Vitória
- Comunidade Vida e Paz
- Fábrica da Igreja Paroquial de Alhadas
- Fundação Ronald McDonald
- Instituto Português do Sangue
- Liga dos Amigos do Centro Hospitalar de Gaia
- Liga Portuguesa Contra o Cancro

- Obra Nossa Senhora das Candeias
- Orfeão Universitário do Porto
- Participação na campanha do Pirlampo Mágico
- Unicef
- Universidade Católica Portuguesa, programa FUTURO

Em 2023, a F. Rego deu início à certificação efr 1000.2, modelo para a gestão da conciliação da vida pessoal, familiar e laboral. Esta certificação visa a formalização dos benefícios oferecidos aos nossos colaboradores, com avaliação de satisfação e utilização anual.

As medidas efr determinadas pela organização distribuem-se em cinco grupos:

- Qualidade do trabalho
- Flexibilidade temporal e espacial
- Apoio à família
- Desenvolvimento pessoal e profissional
- Igualdade de oportunidades

7. Evolução previsível da sociedade

Contexto Económico e Impacto no Setor Segurador

À medida que avançamos em 2024, o setor segurador em Portugal continua sob alguma imprevisibilidade, influenciado por um ambiente macroeconómico caracterizado por incertezas e volatilidades. O desempenho do setor em 2023, com uma retração nos seguros de vida e um crescimento nos seguros não vida, sinaliza uma transição nas preferências de consumo e nas necessidades de segurança financeira dos portugueses, antecipando desafios e oportunidades para o próximo ano.

Desafios Antecipados

- Contexto Macroeconómico: O ambiente macroeconómico, marcado por uma conjuntura global complexa, continua a representar um desafio. A evolução da guerra na Ucrâ-

nia e no Médio Oriente, juntamente com a manutenção da pressão inflacionista e das elevadas taxas de juro, impactará diretamente o poder de compra dos consumidores e as condições de financiamento das empresas, influenciando as decisões de compra de seguros.

- Regulação e Supervisão: A adaptação contínua ao regime jurídico da distribuição de seguros (RJDS) permanece como um desafio significativo. As seguradoras e mediadores terão de continuar a ajustar suas práticas para cumprir com as exigências regulatórias crescentes, mantendo ao mesmo tempo a competitividade e a inovação.

- Digitalização e Tecnologia: A aceleração da digitalização e a adoção de novas tecnologias, enquanto oportunidades para melhorar a eficiência e o serviço ao cliente, também representam desafios em termos de investimento em infraestrutura tecnológica e adaptação a novos modelos de negócios digitais.

Oportunidades para o Setor

- Inovação em Produtos e Serviços: A procura por produtos de seguros mais personalizados e flexíveis oferece uma oportunidade significativa para o setor. As seguradoras que conseguirem inovar na oferta de produtos que atendam às necessidades emergentes dos consumidores, especialmente em áreas como saúde, habitação e mobilidade, estarão bem posicionadas para crescer.

- Expansão para Novos Mercados: A diversificação geográfica e a expansão para novos segmentos de mercado representam oportunidades para o mercado segurador. A exploração de nichos de mercado pouco atendidos e a internacionalização podem ser estratégias chave para o crescimento sustentado.

- Sustentabilidade e Responsabilidade Social: A crescente consciência em torno das questões de sustentabilidade e responsabilidade social oferece uma oportunidade para as empresas presentes no setor segurador desenvolverem produtos que não apenas protejam, mas também promovam práticas ambientais e sociais sustentáveis.

Perspetiva para 2024

Para 2024, espera-se que o setor segurador português continue a evoluir num ambiente desafiador, mas repleto de oportunidades para aqueles que conseguirem se adaptar e inovar. A capacidade de resposta às mudanças no comportamento dos consumidores, às exigências regulatórias e às tendências tecnológicas definirá os líderes de mercado. Embora os desafios macroeconómicos possam impor restrições, o foco na inovação, na

sustentabilidade e na digitalização pode abrir novos caminhos para o crescimento e a rentabilidade do setor segurador em Portugal.

8. Proposta de aplicação de resultados

A Administração da F. Rego - Corretores de Seguro, SA propõe que o Resultado Líquido do Período, no montante de 1.828.436,75 € (um milhão, oitocentos e vinte e oito mil, quatrocentos e trinta e seis euros e setenta e cinco cêntimos), tenha a seguinte aplicação:

- Distribuição de dividendos: 1.700.000 € (um milhão e setecentos mil euros);
- Reservas livres: 128.436,75 € (cento e vinte e oito mil, quatrocentos e trinta e seis euros e setenta e cinco cêntimos).

De igual modo, propõe-se a distribuição de Gratificações de Balanço, por via dos resultados, de cerca de 231.180,30 € (duzentos e trinta e um mil, cento e oitenta euros e trinta cêntimos), sendo que o referido valor já se encontra considerado nas Demonstrações Financeiras integrantes ao presente relatório.

9. Informação exigida por documentos legais

Tendo em consideração o disposto no artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, declara-se que:

- A atual situação de conflito entre a Rússia e a Ucrânia, bem como no Médio Oriente, está a ter um impacto significativo na Europa, cujas consequências diretas para a atividade da empresa são ainda difíceis de estimar. Ainda que a exposição direta da empresa a estes mercados seja inexistente, o Conselho de Administração exerce uma monitorização constante sobre eventuais impactos indiretos, não antecipando, à data de hoje, impactos relevantes para a atividade da empresa relacionados com o desenrolar do conflito e da crise energética associada
- Não ocorreram outros acontecimentos subsequentes que impliquem ajustamentos e, ou, divulgação nas contas do exercício;
- Não houve aquisição ou alienação de ações próprias durante o exercício. Refira-se, a propósito, que a sociedade não detém ações próprias;

- A sociedade não é devedora de qualquer importância relativa a impostos ou contribuições para a Segurança Social;
- A sociedade não realizou despesas associadas a atividades de investigação e desenvolvimento;
- A sociedade financiou, por via da aquisição de unidades de participação de fundos de capital de risco, empresas associadas a atividades de investigação e desenvolvimento;
- Não foram realizados negócios entre a sociedade e a Administração;
- Não existem sucursais da sociedade;
- Não ocorreram, desde o termo do exercício até à presente data, quaisquer factos relevantes, que ponham em causa e evolução previsível da sociedade.

10. Principais riscos e incertezas

A exposição por parte da F. Rego aos riscos de preço, de crédito, de liquidez e de fluxos de caixa, subordinados aos objetivos e políticas em matéria de gestão dos riscos financeiros, está estruturada nas necessidades próprias do negócio.

De referir que os riscos da sociedade relacionados com endividamento, e dos consequentes fluxos de caixa de pagamento de juros, são bastante reduzidos, ou até nulos, uma vez que não existe financiamento externo no final do período.

Este fator permite uma forte consolidação da sua estrutura financeira e, ao mesmo tempo, anular o peso dos juros pagos. De facto, o equilíbrio financeiro continua a constituir-se como uma das referências do desenvolvimento da F. Rego e suporte de presciência da Administração, ao não prever, no futuro, a descontinuidade da sua atividade.

11. Notas finais

Como nota final, reputamos de maior justiça expressar uma nota de reconhecimento a todos os colaboradores, pelo seu empenho e sentido profissional, cujo contributo foi fundamental para o desempenho alcançado, e a todos os parceiros, agentes e seguradoras, pelas excelentes relações estabelecidas.

Aos clientes e parceiros, para os quais a F. Rego trabalha para prestar um serviço diferenciador e de qualidade crescente, agradecemos o voto de confiança.

Vila Nova de Gaia, 12 de abril de 2024

O Conselho de Administração

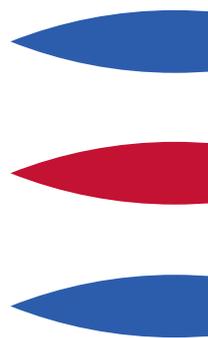


(Sara Maria de Pinho Neves da Silva Rego)



(Pedro Nuno Pinho Neves da Silva Rego)

ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO



Nos termos do n.º 5 do artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que os membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização eram, à data de 31 de dezembro de 2023, detentores de ações nominativas representativas do capital social nas seguintes quantidades:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

Pedro Nuno de Pinho Neves da Silva Rego

Ações detidas a 31-12-2023: 0 (0%)

Participação detida, via Houstongest SGPS SA 41,55%

Vogal

Sara Maria de Pinho Neves da Silva Rego

Ações detidas a 31-12-2023: 0 (0%)

Participação detida, via Houstongest SGPS SA 41,55%

FISCAL ÚNICO

Deloitte & Associados, SROC S.A

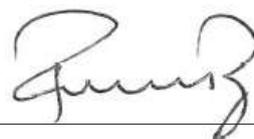
Ações detidas a 31-12-2023: Não detém ações

Vila Nova de Gaia, 12 de abril de 2024

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

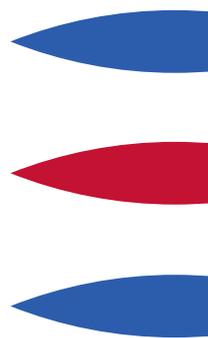


(Sara Maria de Pinho Neves da Silva Rego)



(Pedro Nuno Pinho Neves da Silva Rego)

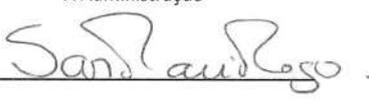
BALANÇO

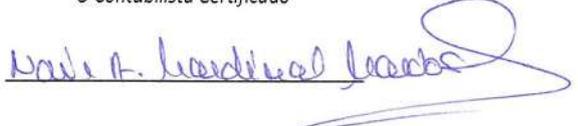


F. REGO - Corretores de Seguros S.A.

Balço em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022

Rubricas	Notas	Unidade Monetária: Euro	
		Datas	
		31.12.2023	31.12.2022
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	8	518.869,46	566.842,47
Ativos intangíveis	7	152.705,80	163.897,30
Outros investimentos financeiros	11	744.973,25	570.582,74
Ativos por impostos diferidos	15	12.214,28	14.034,37
	Subtotal	1.428.762,79	1.315.356,88
Ativo corrente			
Clientes	16 a)	434.859,02	92.915,13
Estado e outros entes públicos	16 b)	1.121,78	
Outros créditos a receber	16 a)	1.656.366,19	1.066.796,11
Diferimentos	20 b)	53.954,03	70.168,55
Caixa e depósitos bancários	4	3.440.054,09	3.109.625,00
	Subtotal	5.586.355,11	4.339.504,79
	TOTAL DO ATIVO	7.015.117,90	5.654.861,67
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	17	500.000,00	500.000,00
Reservas legais	17	110.000,00	110.000,00
Outras reservas	17	1.501.832,32	1.301.023,04
Resultados transitados	17	31.496,32	31.496,32
Ajustamentos / outras variações no capital próprio		622,66	3.538,16
	Subtotal	2.143.951,30	1.946.057,52
Resultado líquido do período		1.828.436,75	1.900.809,28
	Total do capital próprio	3.972.388,05	3.846.866,80
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	10	95.109,96	125.191,42
	Subtotal	95.109,96	125.191,42
Passivo corrente			
Fornecedores	16 a)	40.590,89	21.670,05
Estado e outros entes públicos	16 b)	105.185,73	216.471,62
Financiamentos obtidos	10	90.009,96	76.148,80
Outras dívidas a pagar	16 a)	2.710.948,51	1.368.512,98
Diferimentos	20 b)	884,80	
	Subtotal	2.947.619,89	1.682.803,45
	Total do passivo	3.042.729,85	1.807.994,87
	TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO	7.015.117,90	5.654.861,67

A Administração
 Rui Sá
 Sandra Rego

O Contabilista Certificado
 Nuno A. Mendonça

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

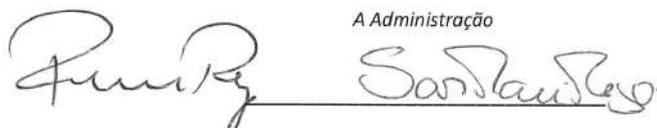


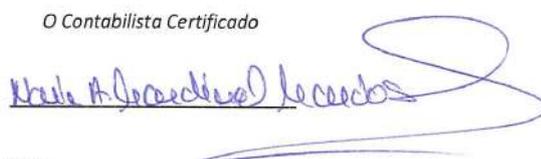
F. REGO - Corretores de Seguros S.A.

Demonstra76o dos resultados por naturezas

Per6odo findo em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022

Rubricas	Notas	Unidade Monet6ria: Euro	
		Per6odos	
		2023	2022
RENDIMENTOS E GASTOS			
Vendas e servi7os prestados	12	10.701.772,04	10.288.861,64
Subs6dios 6 explora76o	13	0,00	280,00
Fornecimentos e servi7os externos	20 a)	(4.526.115,08)	(4.758.159,76)
Gastos com o pessoal	18	(3.414.300,79)	(2.842.331,71)
Aumentos/redu76es de justo valor	11	(14.162,28)	(7.798,38)
Outros rendimentos	16 d)	15.770,86	32.352,65
Outros gastos	16 d)	(225.712,86)	(192.812,52)
Resultado antes de deprecia76es, gastos de financiamento e impostos		2.537.251,89	2.520.391,92
Gastos/revers6es de deprecia76o e de amortiza76o	7; 8	(212.312,98)	(176.024,42)
Imparidade de investimentos depreci6veis/amortiz6veis (perdas/revers6es)	7	0,00	(16.236,00)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		2.324.938,91	2.328.131,50
Juros e gastos similares suportados	16 c)	(7.623,71)	(1.935,23)
Resultado antes de impostos		2.317.315,20	2.326.196,27
Imposto sobre rendimento do per6odo	15	(488.878,45)	(425.386,99)
Resultado liquido do per6odo		1.828.436,75	1.900.809,28

A Administra76o


O Contabilista Certificado


As notas anexas fazem parte integrante das demonstra76es financeiras em 31 de dezembro de 2023.

DACP 2023

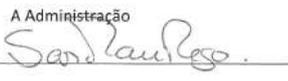


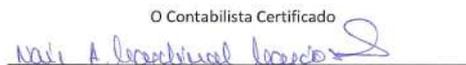
F. REGO - Corretores de Seguros S.A.

Demonstração das alterações no capital próprio no período de 2023

Unidade Monetária: Euro

DESCRIÇÃO	NOTAS								Total	Total do Capital Próprio
		Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos / outras variações no capital próprio	Outras variações - Subsídios atribuídos	Resultado líquido do período		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2023	6	500.000,00	110.000,00	1.301.023,04	31.496,32	(13.482,89)	17.021,05	1.900.809,28	3.846.866,80	3.846.866,80
ALTERAÇÕES NO PERÍODO										
Outras alterações reconhecidas no capital próprio							(2.915,50)		(2.915,50)	(2.915,50)
	7						(2.915,50)		(2.915,50)	(2.915,50)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8							1.828.436,75	1.828.436,75	1.828.436,75
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8							(2.915,50)	1.828.436,75	1.825.521,25
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO										
Distribuições								(1.700.000,00)	(1.700.000,00)	(1.700.000,00)
Eleitos da Fusão										
Aplicação de resultado do período				200.809,28				(200.809,28)		
	10			200.809,28				(1.900.809,28)	(1.700.000,00)	(1.700.000,00)
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2023	11=6+7+8+10	500.000,00	110.000,00	1.501.832,32	31.496,32	(13.482,89)	14.105,55	1.828.436,75	3.972.388,05	3.972.388,05

 A Administração
 São Paulo, 2023.

O Contabilista Certificado
 Neli A. Leocádia de Jesus

DFC

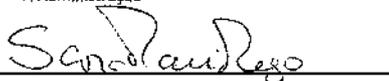


F. REGO - Corretores de Seguros S.A.**Demonstração do período findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 de fluxos de caixa**

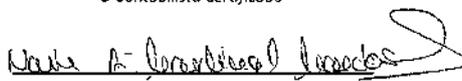
Rubricas	Notas	Unidade Monetária: Euro	
		Períodos	
		2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		10.645.803,78	9.434.365,79
Pagamentos a fornecedores		-4.411.719,16	-5.018.811,07
Pagamentos ao pessoal		-3.052.857,02	-2.711.645,42
Caixa gerada pelas operações		3.181.227,60	1.703.909,30
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-586.669,69	-318.930,30
Outros recebimentos/pagamentos		-78.509,46	-56.563,23
Fluxo de caixa das atividades operacionais (1)		2.516.048,45	1.328.415,77
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-113.287,54	-41.510,56
Ativos intangíveis		-34.403,84	-1.371,45
Investimentos financeiros		-200.000,00	-250.000,00
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros			473,66
Outros ativos		9.226,85	3.499,13
Juros e rendimentos similares		3.825,16	17,88
Fluxo de caixa das atividades de investimento (2)		-334.635,37	-288.891,34
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-149.044,76	-56.500,94
Juros e gastos similares		-1.935,23	-1.574,72
Dividendos		-1.700.000,00	-1.000.000,00
Fluxo de caixa das atividades de financiamento (3)		-1.850.979,99	-1.058.075,66
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		330.429,09	-18.551,23
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	3.109.625,00	3.128.176,23
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	3.440.054,09	3.109.625,00



A Administração



O Contabilista Certificado



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 DE DEZEMBRO DE 2023

(MONTANTES EXPRESSOS EM EUROS)



1. Identificação da entidade e período de relato

A F. Rego - Corretores de Seguros, S.A. é uma sociedade anónima, com sede na Avenida da República, 740 – 2.º, Salas 23 e 24 em Vila Nova de Gaia, constituída em 1979 e que tem como objeto social o exercício exclusivo da mediação de seguros e outras atividades de intermediação (a esta atividade corresponde o CAE 66220) e tem como número fiscal de contribuinte (e de pessoa coletiva) 500 887 713.

<i>(valores expressos em euros)</i>				
Evolução da atividade	2023			2022
	Quantias	Varição em valor	Varição face ao período anterior	Quantias
Volume de negócios	10.701.772,04	412.910,40	4,01%	10.288.861,64
Total de balanço	7.015.117,90	1.360.256,23	24,05%	5.654.861,67
Resultado operacional	2.324.938,91	(3.192,59)	(0,14%)	2.328.131,50

2. Referencial contabilístico de preparação das Demonstrações Financeiras

2.1 – Indicação do referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho de 2009, face ao previsto no n.º 2 do art.º 3.º desse diploma, aplicando-se o nível de normalização contabilística correspondente às 28 normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF), aprovadas pelo Aviso n.º 8256/2015, de 29 de julho de 2015.

Os instrumentos legais do SNC são os seguintes:

- Aviso n.º 8254/2015 (Estrutura conceptual);
- Portaria n.º 220/2015 (Modelos de demonstrações financeiras);
- Portaria n.º 218/2015 (Código de contas);
- Aviso n.º 8256/2015 (Normas contabilísticas e de relato financeiro);
- Aviso n.º 8258/2015 (Normas interpretativas 1 e 2);

Sempre que o SNC não responda a aspetos particulares de transações ou situações, são aplicadas supletivamente e pela ordem indicada:

- as Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho;
- as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC-IFRIC.

É ainda aplicada a Norma Regulamentar n.º 13/2022-R, de 30 de dezembro, que regulamenta o regime jurídico da distribuição de seguros e de resseguros, emitida pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

2.2 – Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derrogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

Neste período não foram derrogadas quaisquer disposições do SNC.

2.3 – Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de dezembro de 2023 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022.

3. Principais políticas contabilísticas

3.1 – Bases gerais de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

I. Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado de três anos. Não é considerada qualquer quantia residual.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada (em anos):

- Software: 3 anos;
- Carteiras de seguros adquiridas: 10 anos
- Outros elementos não especificamente mencionados: 3 anos.

As amortizações de ativos intangíveis são reconhecidas numa base linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente, sendo o efeito das alterações a estas estimativas reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

Os ativos intangíveis (independentemente da forma como são adquiridos ou gerados) com vida útil indefinida são amortizados num prazo máximo de 10 anos.

Se existe algum indício de que se verificou uma alteração significativa da vida útil ou da quantia residual de um ativo, é revista a amortização desse ativo de forma prospetiva para refletir as novas expectativas.

II. Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada (em anos):

- Edifícios e outras construções: 10 anos;
- Equipamento básico: 3 a 8 anos;
- Equipamento de transporte: 4 a 5 anos;
- Equipamento administrativo: 3 a 8 anos.

Existindo algum indício de que se verificou uma alteração significativa da vida útil ou da quantia residual de um ativo, é revista a respetiva depreciação, de forma prospetiva, para refletir as novas expectativas.

Os dispêndios com reparação que não aumentem a vida útil dos ativos, nem resultem em melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis, são registados como gasto do período em que são incorridos. Os dispêndios com inspeção e conservação dos ativos também são registados como gasto.

Os investimentos em curso referem-se a ativos em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade. Estes ativos são depreciados a partir do momento em que estão nas condições necessárias para operar pretendidas pelo órgão de gestão (disponíveis para uso).

As mais ou menos valias resultantes de eventuais alienações ou abates do ativo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o valor de realização e o valor líquido contabilístico, na data de alienação ou abate, sendo registadas, na demonstração dos resultados, nas rubricas de “Outros rendimentos e ganhos” ou de “Outros gastos e perdas”.

III. Locações

Os contratos de locação são classificados:

- como locações financeiras se, através deles, forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação;
- como locações operacionais se, através deles, não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos fixos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo os ativos fixos tangíveis e as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados, numa base linear, durante o período do contrato de locação.

IV. Custos de empréstimos obtidos

Os custos com empréstimos obtidos são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício, de acordo com o princípio do acréscimo.

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de ativos fixos tangíveis são capitalizados, fazendo, portanto, parte do custo do ativo.

V. Imparidade de ativos

À data do Balanço é efetuada uma avaliação da existência objetiva de imparidades das quais resulte, nomeadamente, um impacto adverso decorrente de eventos ou alterações de circunstâncias que indiquem que o valor pelo qual os ativos se encontram reconhecidos possa não ser recuperável.

Sempre que a quantia escriturada do ativo for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada de imediato na Demonstração dos resultados na rubrica de Perdas por imparidade.

As perdas por imparidade de contas a receber são registadas em função dos riscos de cobrança identificados no final do exercício em relação aos saldos a receber de clientes e outros devedores, através da análise da antiguidade dos saldos, de dificuldades financeiras conhecidas dos devedores ou outros litígios identificados.

VI. Instrumentos financeiros

i) Clientes

Os créditos sobre clientes estão mensurados pelo seu valor nominal. Com efeito, a totalidade das vendas é realizada em condições normais de crédito e os correspondentes saldos de clientes não incluem juros debitados ao cliente. Não existem situações de créditos que apresentem um prazo superior ao das condições normais de venda (em que, portanto, a dívida devesse estar mensurada ao custo amortizado, utilizando o método do juro efetivo).

No final de cada período de relato são analisadas as contas de clientes, de forma a avaliar se existe alguma evidência objetiva de que não sejam recuperáveis. Se assim for é de imediato reconhecida a respetiva perda por imparidade.

ii) Empréstimos e contas a pagar não correntes

Os empréstimos e as contas a pagar não correntes são registados no passivo pelo seu valor nominal. Não existem situações em que a eventual aplicação do método do custo amortizado conduzisse a diferenças de mensuração materialmente relevantes.

iii) Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito de uma eventual expressão pelo valor atual é considerado imaterial.

VII. Ativos e passivos expressos em moeda estrangeira

Todos os ativos e passivos eventualmente expressos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda de apresentação funcional (o euro), utilizando-se as cotações oficiais vigentes na data de reporte. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e aquelas em vigor na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, são registadas, como rendimentos ou gastos (operacionais ou financeiros), na demonstração dos resultados do período.

VIII. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a Entidade tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, e seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir, uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

As provisões são revistas na data de cada demonstração da posição financeira ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

IX. Imposto sobre o rendimento

O gasto relativo a “Imposto sobre o rendimento do período” representa a soma do imposto corrente e do imposto diferido.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da entidade, de acordo com as regras fiscais em vigor.

O imposto diferido resulta das diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico (quantia escriturada) e os respetivos montantes para efeitos de tributação (base fiscal).

Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados, e anualmente avaliados, utilizando as taxas de tributação em vigor ou anunciadas para vigorar à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão.

No final de cada período, é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, exceto se resultarem de valores registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

De acordo com a legislação em vigor em Portugal, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades competentes durante um período de quatro anos (cinco anos para a segurança social) exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são prolongados ou suspensos. A Administração da Empresa entende que as eventuais correções resultantes de revisões ou inspeções, por parte das autoridades fiscais, àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras.

X. Rédito

O Rédito proveniente das prestações de serviços inclui os influxos brutos de benefícios económicos recebidos e a receber pela Entidade de sua própria conta. As quantias cobradas por conta de terceiros tais como impostos sobre vendas, não são benefícios económicos que fluam para a entidade e não resultam em aumentos de capital próprio. Por isso são excluídos do rédito.

De forma semelhante, num relacionamento de agência, os influxos brutos de benefícios económicos que não resultem em aumentos de capital próprio para o agente, são excluídos do rédito. As quantias cobradas por conta do capital não são rédito. Em vez disso o rédito é a quantia da comissão.

As prestações de serviços são constituídas, em exclusivo, por comissões relacionadas com prémios de seguros, sendo apenas reconhecida como rédito quando se verifica a cobrança desses prémios, por se considerar que apenas nessa data estão reunidas todas as condições para o reconhecimento do mesmo.

No que concerne aos recibos de prémios remetidos à “F. Rego” pelas Companhias de Seguros, para efeitos de cobrança, não é efetuado qualquer registo contabilístico até ao momento do efetivo recebimento do prémio por esta sociedade, uma vez que os tomadores têm liberdade de pagar os prémios através de qualquer canal alternativo. Originando, nesse momento, a obrigação da entrega desse prémio (eventualmente deduzido da respetiva comissão) à Companhia de Seguros.

Nos casos em que os tomadores dos seguros fazem o pagamento diretamente às Companhias de Seguros, a empresa procede ao registo da comissão, na demonstração dos resultados do exercício em que ocorreu a efetiva cobrança no prémio por parte das companhias de seguros.

Nas situações em que a empresa tem direito ao recebimento de comissões adicionais em função da sinistralidade/objetivos da carteira no exercício, são consideradas as melhores estimativas dos montantes a receber com base na informação disponível à data de preparação das Demonstrações Financeiras.

As restantes receitas e despesas são registadas de acordo com o pressuposto do acréscimo, pelo que são reconhecidas à medida que são geradas independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos ou gastos são registadas nas rubricas de “Diferimentos” ou “Outras dívidas a pagar” ou “Outros créditos a receber”.

XI. Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras, foram adotados certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos relatados. As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem:

- a definição das vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- análises de imparidade, nomeadamente de contas a receber;
- a quantificação de provisões.

As estimativas foram determinadas considerando a melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas.

XII. Periodizações

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e, os correspondentes rendimentos e gastos, são registados nas rubricas “Outras contas a receber e a pagar” e “Diferimentos”.

XIII. Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, diuturnidades, compensação por isenção de horário e subsídio de alimentação, subsídio de férias e de natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo Órgão de Gestão.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e a subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes se encontram reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

A reversão de perdas por imparidade, reconhecidas em exercícios anteriores, é registada quando há evidências de que estas perdas já não existem ou diminuíram, sendo reconhecida na Demonstração dos resultados, na rubrica de Reversões de perdas por imparidade, e efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida, caso a perda não tivesse sido registada.

XIV. Caixa e Depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis e sem perda de valor. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no Passivo corrente, na rubrica de Financiamentos obtidos.

3.2 – Outras políticas contabilísticas relevantes

Não foram adotadas outras políticas contabilísticas relevantes.

3.3 – Juízos de valor (excetuando os que envolvem estimativas) que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras

A preparação das Demonstrações Financeiras de acordo com as NCRF exigiu que o Órgão de Gestão formulasse julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados foram baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formaram a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem divergir das estimativas.

Considerando que, em muitas situações, existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pela Empresa, os resultados reportados poderiam ser diferentes caso um outro tratamento tivesse sido escolhido. A Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada

a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

3.4 – Principais pressupostos relativos ao futuro que tenham um risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o período contabilístico seguinte

O Órgão de Gestão procedeu à avaliação da capacidade de a Empresa operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. O Órgão de Gestão concluiu que dispõe de recursos adequados para manter as suas atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023.

3.5 – Principais fontes de incerteza das estimativas que tenham um risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o período contabilístico seguinte

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo periodicamente revistas com base na informação disponível. As alterações nos factos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão divergir daquelas estimativas.

4. Fluxos de Caixa

Os saldos de meios financeiros líquidos estão integralmente disponíveis para utilização e são compostos como se apresenta em seguida:

Quantias escrituradas e movimentos do período		2023				2022				
		Saldo inicial	Movimentos a débito	Movimentos a crédito	Saldo final	Saldo inicial	Efeito fusão	Movimentos a débito	Movimentos a crédito	Saldo final
Caixa	Numerário	1.000,00	2.511,78	2.511,78	1.000,00	1.299,84		2.231,02	2.530,86	1.000,00
	Subtotais	1.000,00	2.511,78	2.511,78	1.000,00	1.299,84		2.231,02	2.530,86	1.000,00
Depósitos bancários	Depósitos à ordem	2.608.625,00	56.363.654,46	56.633.225,37	2.339.054,09	2.225.381,35	401.495,04	50.115.933,24	50.134.184,63	2.608.625,00
	Outros depósitos bancários	500.000,00	3.050.000,00	2.450.000,00	1.100.000,00	500.000,00				500.000,00
	Subtotais	3.108.625,00	59.413.654,46	59.083.225,37	3.439.054,09	2.725.381,35	18.251,39	50.115.933,24	50.134.184,63	3.108.625,00
Totais		3.109.625,00	59.416.166,24	59.085.737,15	3.440.054,09	2.726.681,19	18.551,23	50.118.164,26	50.136.715,49	3.109.625,00

(valores expressos em euros)

Nos depósitos à ordem, o montante credor de 9,24 € foi registado em financiamentos.

Dos montantes acima referidos, 1.418.914,93 € (Nota 16a) correspondem a disponibilidades a entregar às seguradoras (428.616,07 € em 31/12/2022), os quais se encontram, de acordo com o normativo aplicável, segregados em contas bancárias próprias.

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Neste período:

- não ocorreu a aplicação inicial de qualquer NCRF;
- não foi efetuada nenhuma alteração voluntária em políticas contabilísticas com efeitos no período corrente ou em qualquer período anterior, ou com possíveis efeitos em períodos futuros;
- não houve alterações em estimativas contabilísticas com efeito no período corrente ou que se espera que tenham efeito em futuros períodos;
- não se detetaram erros materiais relativos a períodos anteriores.

6. Partes relacionadas

a. Relacionamentos com a empresa-mãe:

A sociedade Houstongest, SGPS, SA é detentora de ações da F. Rego, representativas de 100 % da totalidade do capital social.

b. Saldos e transações com entidades relacionadas

A “F. Rego” tem acionistas e administradores comuns com as seguintes sociedades:

- Houstongest, SGPS, SA;
- Regolding, Lda.;
- Regolding Patrimonial, Unipessoal, Lda.;
- Semper - Mediação de Seguros, Lda.;

- Insur4Credit - Sociedade de Mediação de Seguros, Lda.;
- Segurtext, Mediadores de Seguros, Lda.;
- Nersant Seguros - Sociedade Mediação de Seguros, S.A.;
- Iberassekuranz Brokers Correduria de Seguros, SL (sociedade de direito espanhol);
- Sanyuu Corretagem de Seguros, Ltda.;
- Egibrokers – Sociedade de Mediação Seguros, Lda.;
- Regolding II Unipessoal, Lda.;
- Primum - Mediação de Seguros, Lda.;
- 4South - Sociedade de Mediação de Seguros, Lda.
- PeopleInbest Unipessoal, Lda.
- Francisco Leite, Lda
- SR - Sociedade Mediação Seguros, Lda

Para além destas, os membros do Conselho de Administração são também partes relacionadas.

No quadro abaixo, podem verificar-se os saldos e operações com entidades relacionadas:

Ano de 2023		(valores expressos em euros)						
Entidade		Saldos a Pagar	Saldos a Receber	Comissões Pagas	Comissões Recebidas	Rendas Pagas	Outros gastos e perdas	Refaturação
Nif	Nome	2023	2023	2023	2023	2023	2023	2023
Empresa-mãe								
505271478	Houstongest S.G.P.S., S.A.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.215,18	0,00
Empresas associadas								
506233898	Semper - Mediação de Seguros, Lda	0,00	1.159,62	483.354,37	1.534.997,95	0,00	0,00	1.159,62
517535882	PEOPLEINBEST Unipessoal Lda	0,00	75.733,19	0,00	0,00	0,00	0,00	75.411,18
Outras partes relacionadas								
507671104	Regolding Patrimonial, Unipessoal, Lda.	0,00	0,00	0,00	0,00	158.041,55	0,00	0,00
505084090	Segurtext - Mediadores de Seguros, SA	0,00	0,00	9.650,23	0,00	0,00	0,00	0,00
509339298	Nersant Seguros - Sociedade Mediação de Seguros, S.A.	0,30	0,00	17.214,70	0,00	0,00	0,00	0,00
B85678217	Iberassekuranz Brokers, SL	0,00	0,00	18.740,88	6.969,68	0,00	0,00	0,00
514661666	Insur4Credit - Sociedade de Mediação de Seguros, Lda.	0,00	257,79	141.306,09	10.248,41			257,79
514830590	Primum - Mediação de Seguros, Lda.	10.790,68	0,00	75.079,51	0,00	0,00	0,00	0,00
514832002	Egibrokers - Sociedade de Mediação de Seguros, Lda	0,00	0,00	53.519,79	0,00	0,00	0,00	0,00
516411985	4SOUTH - SOCIEDADE DE MEDIAÇÃO DE SEGUROS, LDA.	0,00	0,00	28.429,90	0,00	0,00	0,00	0,00
Ano de 2022								
Entidade		Saldos a Pagar	Saldos a Receber	Comissões Pagas	Comissões Recebidas	Rendas Pagas	Outros gastos e perdas	
Nif	Nome	2022	2022	2022	2022	2022	2022	
Empresa-mãe								
505271478	Houstongest S.G.P.S., S.A.						14.142,13	
Empresas associadas								
506233898	Semper - Mediação de Seguros, Lda			668.253,46	2.548.260,89			
Outras partes relacionadas								
507671104	Regolding Patrimonial, Unipessoal, Lda.					157.132,80		
505084090	Segurtext - Mediadores de Seguros, SA			9.609,22				
509339298	Nersant Seguros - Sociedade Mediação de Seguros, S.A.			19.644,46				
B85678217	Iberassekuranz Brokers, SL			24.444,56	8.652,28			
514661666	Insur4Credit - Sociedade de Mediação de Seguros, Lda.			149.225,10	7.426,54			
514830590	Primum - Mediação de Seguros, Lda.			77.189,69				
514832002	Egibrokers - Sociedade de Mediação de Seguros, Lda			53.050,34				

O Conselho de Administração considera que todas estas operações foram praticadas em condições que não diferem substancialmente dos valores que seriam praticados no mercado, entre partes independentes

Além dos mencionados no quadro acima, existem ainda os seguintes acréscimos e diferimentos com partes relacionadas:

- Diferimentos de rendas (Regolding Patrimonial, Unipessoal, Lda.): 14.003,15€ (2022: 13.773,12 €);
- Acréscimo de comissões (SEMPER - Mediação de Seguros, Unipessoal, Lda.): 49.711,18 € (2022: 30.228,15 €).
- Acréscimo de comissões (Insur4Credit - Sociedade de Mediação de Seguros, Lda.): 0,00 € (2022: 1.408,95 €);
- Acréscimo de comissões (4South - Sociedade de Mediação de Seguros, Lda.): -293,87 € (2022: 22.168,38 €);
- Acréscimo de comissões (Primum – Mediação de Seguros, Lda.): 8.026,23 € (2022: 631,41 €);
- Acréscimo de comissões (Nersant Seguros - Sociedade Mediação de Seguros, S.A.): 7.523,87 € (2022: 151,86 €);
- Acréscimo de comissões (Iberassekuranz - Correduria de Seguros, SL): 5.159,64 € (2022: 132,76 €).

c. Remunerações da pessoal chave da gestão (membros de órgãos de Administração, de Direção e de Supervisão)

As remunerações da Administração ascenderam a 324.078,83 € (255.251,30 € no ano anterior), incluindo os encargos com a Segurança Social (ver nota 18).

7. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são constituídos essencialmente por “carteiras de seguros adquiridas, foram todos adquiridos a entidades externas e estão valorados ao custo de aquisição.

No caso dos ativos com vida útil definida, a amortização é feita, após a data em que os bens estão disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com

o período de vida útil estimado. No caso particular das carteiras de seguros adquiridas, considera-se que a vida útil é indefinida e, como tal, procede-se à respetiva amortização ao longo de um período de 10 anos.

O quadro seguinte discrimina as variações ocorridas nos ativos intangíveis nos anos de 2023 e 2022:

(valores expressos em euros)					
Ativos intangíveis		Programas de computador	Carteiras de Clientes	Ativos Intangíveis em curso	Totais
início de 2022	Quantias brutas escrituradas	48.727,55	339.783,24	16.236,00	404.746,79
	Amortizações e perdas por imparidade acumuladas	(25.965,72)	(266.246,17)		(292.211,89)
	Quantias líquidas escrituradas	22.761,83	73.537,07	16.236,00	112.534,90
Adições		1.371,45		26.566,52	27.937,97
Transferências (Fusão Wise Broker)		6.938,91	85.892,00		92.830,91
Transferências de Amortizações (Fusão Wise Broker)		(1.834,74)	(11.621,65)		(13.456,39)
Amortizações		(14.530,63)	(25.183,46)		(39.714,09)
Perdas por imparidade				(16.236,00)	(16.236,00)
final de 2022	Quantias brutas escrituradas	57.037,91	425.675,24	42.802,52	525.515,67
	Amortizações e perdas por imparidade acumuladas	(42.331,09)	(303.051,28)	(16.236,00)	(361.618,37)
	Quantias líquidas escrituradas	14.706,82	122.623,96	26.566,52	163.897,30
Adições		18.198,10		16.205,74	34.403,84
Transferências		40.215,09		(40.215,09)	
Amortizações		(20.411,92)	(25.183,42)		(45.595,34)
final de 2023	Quantias brutas escrituradas	115.451,10	425.675,24	18.793,17	559.919,51
	Amortizações e perdas por imparidade acumuladas	(62.743,01)	(328.234,70)	(16.236,00)	(407.213,71)
	Quantias líquidas escrituradas	52.708,09	97.440,54	2.557,17	152.705,80

8. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações foram calculadas, após a data em que os bens ficaram disponíveis

para serem utilizados, pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As vidas úteis foram determinadas de acordo com as expectativas quanto à capacidade de gerar benefícios económicos futuros.

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates, as depreciações, as perdas por imparidade e suas reversões e outras alterações, são apresentadas no quadro seguinte:

Ativos fixos tangíveis		(valores expressos em euros)					Totais
		Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros Ativos fixos tangíveis	
início de 2022	Quantias brutas escrituradas	372.079,79	239.900,90	399.337,71	133.023,21	362.861,83	1.507.203,44
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	(105.708,44)	(220.186,66)	(285.144,58)	(102.528,01)	(335.829,54)	(1.049.397,23)
	Quantias líquidas escrituradas	266.371,35	19.714,24	114.193,13	30.495,20	27.032,29	457.806,21
Adições			14.914,68	148.339,52	8.472,63	18.123,25	189.850,08
Transferências (Fusão Wise Broker)		74.725,52		87.760,60	19.890,71	12.275,40	194.652,23
Alienações, sinistros e abates				(103.433,10)			(103.433,10)
Outras alterações (depreciações)				103.433,10			103.433,10
Transferências de Depreciações (Fusão Wise Broker)		(32.160,64)		(87.760,60)	(11.315,34)	(7.919,14)	(139.155,72)
Depreciações		(31.573,52)	(12.613,65)	(63.809,83)	(14.997,66)	(13.315,67)	(136.310,33)
final de 2022	Quantias brutas escrituradas	446.805,31	254.815,58	532.004,73	161.386,55	393.260,48	1.788.272,65
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	(169.442,60)	(232.800,31)	(333.281,91)	(128.841,01)	(357.064,35)	(1.221.430,18)
	Quantias líquidas escrituradas	277.362,71	22.015,27	198.722,82	32.545,54	36.196,13	566.842,47
Adições			1.089,29	102.296,44	15.358,90		118.744,63
Depreciações		(30.912,40)	(11.351,96)	(96.299,32)	(17.638,57)	(10.515,39)	(166.717,64)
final de 2023	Quantias brutas escrituradas	446.805,31	255.904,87	634.301,17	176.745,45	393.260,48	1.907.017,28
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	(200.355,00)	(244.152,27)	(429.581,23)	(146.479,58)	(367.579,74)	(1.388.147,82)
	Quantias líquidas escrituradas	246.450,31	11.752,60	204.719,94	30.265,87	25.680,74	518.869,46

9. Locações

a. Locações financeiras - Locatários

A quantia escriturada líquida à data do balanço, para cada categoria de ativo é a seguinte:

(valores expressos em euros)							
Ativos que se encontram a ser financiados através de contratos de locação financeira, respectivas quantias escrituradas líquidas e rendas contingentes reconhecidas como gasto no período	Locações financeiras em vigor				2023	2022	
	Entidade locadora	Identificação do contrato	Prazo da locação		Quantias escrituradas líquidas dos Ativos locados em 31.12.2023	Quantias escrituradas líquidas dos Ativos locados em 31.12.2022	
			Começo	Fim			
ativos fixos tangíveis	71-ZB-82	Millenium BCP	400131033	29/09/2020	29/09/2024	20.833,33	52.083,33
	AI-73-LN	Millenium BCP	400135410	23/09/2021	22/09/2025	14.027,18	22.443,48
	Servidores	Millenium BCP	400134976	01/01/2022	31/12/2025	8.722,76	4.583,72
	AN-40-GG	Millenium BCP	400136700	07/01/2022	06/01/2026	19.865,96	29.798,95
	AR-09-HG	Caixa Geral de Depósitos	100139991	24/06/2022	23/06/2026	18.403,97	26.019,40
	AR-86-HF	Caixa Geral de Depósitos	100139992	06/07/2022	05/07/2026	19.038,59	26.654,02
	AR-71-HR	Caixa Geral de Depósitos	100139993	07/07/2022	06/07/2026	29.802,56	41.723,59
	AX-38-NQ	Millenium BCP	400140876	07/03/2023	15/02/2027	27.600,79	
	AZ-53-VS	Millenium BCP	400141578	07/04/2023	07/04/2027	39.406,25	
	Subtotais					197.701,39	203.306,49
Totais						197.701,39	203.306,49

As obrigações financeiras por locações são garantidas pela reserva de propriedade dos bens locados.

É ainda de referir que a Empresa tem intenção de adquirir os bens no final do contrato.

Os futuros pagamentos das Locações Financeiras decompõem-se como se segue:

31/12/2023			
Entidade locadora	Identificação do contrato	Amortização de Capital	
		Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos
Millenium BCP	400131033	12.457,90	
Millenium BCP	400135410	8.466,17	6.633,89
Millenium BCP	400134976	10.751,79	1,05
Millenium BCP	400136700	9.879,04	10.359,77
Caixa Geral de Depósitos	100139991	7.400,41	10.323,74
Caixa Geral de Depósitos	100139992	7.317,92	12.222,70
Caixa Geral de Depósitos	100139993	11.455,01	19.132,73
Millenium BCP	400140876	8.631,03	18.514,99
Millenium BCP	400141578	7.344,65	17.921,09
TOTAL		83.703,92	95.109,96

31/12/2022			
Entidade locadora	Identificação do contrato	Amortização de Capital	
		Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos
Milenium BCP	400131033	19.430,54	12.413,99
Milenium BCP	400135410	8.266,48	15.020,90
Milenium BCP	400134976	10.434,39	10.619,86
Milenium BCP	400136700	9.847,04	20.025,32
Caixa Geral de Depósitos	100139991	7.406,59	17.477,18
Caixa Geral de Depósitos	100139992	7.377,38	19.347,98
Caixa Geral de Depósitos	100139993	11.548,10	30.286,19
TOTAL		74.310,52	125.191,42

b. Locação operacional

No exercício de 2023, há gastos com locações operacionais:

- referente ao aluguer de viaturas, no valor de 54.864,87€ (58.120,92€ em 2022);
- rendas de imóveis, no montante de 183.582,99 € (183.083,32 € em 2022).

Os futuros pagamentos das Locações Operacionais decompõem-se como se segue:

Entidade aluguer	Bem	Ano de Final do contrato	Gastos a suportar	
			Até 1 ano	entre 1 e 5 anos
Lease Plan	AZ-57-GU	2027	4.813,80	12.836,80
Lease Plan	AZ-35-GU	2027	4.969,08	13.250,88
Lease Plan	AZ-72-GT	2027	4.813,80	13.237,95
Lease Plan	AZ-22-GT	2027	4.813,80	13.237,95
Lease Plan	AZ-73-GT	2027	4.813,80	14.441,40
Lease Plan	AZ-92-GS	2027	4.813,80	12.836,80
TOTAL			29.038,08	79.841,78

10. Financiamentos obtidos

Os financiamentos são registados pelo seu valor nominal. Não existem situações em que a eventual aplicação do método do custo amortizado conduza a diferenças de montante materialmente relevante.

A sociedade é devedora, no final do período em análise dos seguintes montantes, a título de financiamento:

Financiamentos obtidos	31/12/2023			31/12/2022
	Quantias	Variação em valor	Variação face ao período anterior	Quantias
Empréstimos bancários	6.296,80 €	4.458,52	242,54%	1.838,28 €
- Empréstimos bancários-Corrente	6.296,80 €	4.458,52	242,54%	1.838,28 €
- Empréstimos bancários não corrente	0,00 €	0,00		0,00 €
Locações financeiras	178.813,88 €	(20.688,06)	(10,37%)	199.501,94 €
- Locações financeiras - corrente	83.703,92 €	9.393,40	12,64%	74.310,52 €
- Locações financeiras - não corrente	95.109,96 €	(30.081,46)	(24,03%)	125.191,42 €
Descobertos bancários	9,24 €	9,24		0,00 €
Financiamentos obtidos - corrente	90.009,96 €	13.861,16	18,20%	76.148,80 €
Financiamentos obtidos - não corrente	95.109,96 €	(30.081,46)	(24,03%)	125.191,42 €
TOTAL	185.119,92 €	(16.220,30)	(8,06%)	201.340,22 €

Nos depósitos à ordem, o montante credor de 9,24 € foi registado em financiamentos.

Importa referir que a rubrica “empréstimos bancários” diz respeito a cartões de crédito utilizados para fazer face a despesas correntes da sociedade, e que o montante em dívida, a 31 de dezembro de 2023, foi devidamente regularizado em janeiro de 2024.

11. Outros Investimentos financeiros

Esta rubrica detalha-se conforme segue:

Outros investimentos financeiros	2023			2022
	Quantias	Variação em valor	Justo Valor	Quantias
Assurex Global Corp.	8.893,51 €	0,00	0,00	8.893,51 €
Nexponor, Sicafi, S.A.	427,71 €	397,11	397,11	30,60 €
FCR Capital Criativo IV	81.501,26 €	(11.428,66)	(1.368,66)	92.929,92 €
FCR Growth Inov	188.840,00 €	(10.650,00)	(10.650,00)	199.490,00 €
Explorer Growth Fund V	97.378,28 €	(2.621,72)	(2.621,72)	100.000,00 €
Portugal Opportunities Fund	150.000,00 €	0,00	0,00	150.000,00 €
Quadrantis Innovation Fund II	200.000,00 €	200.000,00	0,00	0,00 €
Fundo Compensação do Trabalho	17.932,49 €	(1.306,22)	80,99	19.238,71 €
TOTAL	744.973,25 €	174.390,51 €	(14.162,28)	570.582,74 €

Os outros investimentos financeiros são mensurados ao justo valor, em 2023 a variação global foi negativa no montante de 14.162,28 €.

a. Participações financeiras

Em 31 de Dezembro de 2023 a Empresa é detentora dos seguintes ativos: (evidenciados no Balanço na linha de “Outros investimentos financeiros”), mensurados ao custo menos perdas por imparidade acumuladas:

- Ações da “Assurex Global Corporation”, mensurado ao custo histórico de 8.893,51 € (o mesmo valor a 31/12/2022);
- Ações da “Nexponor, Sicafi, S.A.”, valoradas a de 427,71 € (30,60€ 31/12/2022);
- FCR Capital Criativo IV: 81.501,26 € (92.929,92 € a 31/12/2022);
- FCR Growth Inov, FCR: 188.840,00 € (199.490 € a 31/12/2022);
- Explorer Growth Fund V: 97.378,28 € (100.000 € a 31/12/2022);
- Portugal Opportunities Fund: 150.000 € (150.000 € a 31/12/2022);
- Quadrantis Innovation Fund II: 200.000,00 €.

b. Fundo de compensação do trabalho

A rubrica de outros ativos financeiros é composta por um saldo de 17.932,49 € relativo às contribuições da sociedade para o “Fundo de Compensação do Trabalho” (FCT). Trata-se de um fundo de capitalização individual, obrigatoriamente financiado pelas entidades empregadoras, por meio de contribuições mensais. As contribuições para o Fundo de Compensação do Trabalho terminaram em maio de 2023.

No decreto-lei publicado no dia 15 de dezembro de 2023, foram discriminadas de que forma podem, de facto, as empresas investir o valor relativo ao fundo de compensação, entrando em vigor no dia 1 de janeiro de 2024, das quais:

- Apoiar os custos e investimentos com habitações dos trabalhadores;
- Apoiar investimentos em creches ou outros equipamentos que beneficiem os trabalhadores, desde que os mesmos sejam realizados com acordo das

estruturas representativas dos trabalhadores;

- Financiar a formação e qualificação certificada dos trabalhadores.

O decreto encontra-se abrangido numa medida prevista no Acordo de Médio Prazo de Melhoria dos Rendimentos, dos Salários e da Competitividade na Agenda do Trabalho Digno.

O valor que consta no FCT pode ser mobilizado em diferentes alturas de acordo com o montante que consta no fundo de compensação:

- As empresas com até 10.000€ no fundo, podem mobilizá-lo a partir do segundo semestre de 2023;
- As empresas com capital entre 10.000€ e 400.000€ podem utilizar até 50% do valor em 2023 e o restante até 2026;
- As empresas que contenham mais de 400.000€ no fundo referido, podem mobilizar 25% do mesmo em 2023 e o restante repartido de forma igual (25% em cada ano) até 2026.

12. Rédito

No que concerne aos recibos de prémios remetidos à “F. Rego” pelas Companhias de Seguros, para efeitos de cobrança, não é efetuado qualquer registo contabilístico até ao momento do efetivo recebimento do prémio por esta sociedade, uma vez que os tomadores têm liberdade de pagar os prémios através de qualquer canal alternativo. Originando, nesse momento, a obrigação da entrega desse prémio (eventualmente deduzido da respetiva comissão) à Companhia de Seguros.

Nos casos em que os tomadores dos seguros fazem o pagamento diretamente às Companhias de Seguros, a empresa procede ao registo da comissão, na demonstração dos resultados do exercício em que ocorreu a efetiva cobrança no prémio por parte das companhias de seguros.

As quantias de cada categoria significativa de rédito são as seguintes:

Quantias dos réditos reconhecidas no período	2023		2022	
	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período
Prestação de serviços	10.701.772,04	100,00%	10.288.861,64	100,00%
Totais	10.701.772,04	100,00%	10.288.861,64	100,00%

O total de prestações de serviços coincide com o total referido na alínea b) da nota 23.

13. Subsídios do Governo e apoios do Governo

Em 2022, a sociedade beneficiou da medida de “compensação ao aumento da Remuneração Mínima”. Por este apoio foi contabilizado um ganho de 280,00 €.

14. Acontecimentos após a data do balanço

As Demonstrações Financeiras foram aprovadas pela Administração e autorizadas para emissão a 12 de abril de 2024, contudo as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pelos acionistas, nos termos da legislação em vigor em Portugal.

Entre a data do balanço e a data da autorização para emissão das Demonstrações Financeiras não houve conhecimento de outros eventos ocorridos que afetem o valor dos ativos e passivos das demonstrações financeiras do período, ou que requeiram divulgação.

15. Impostos sobre o rendimento

A Entidade encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) às seguintes taxas: até 50.000 euros de matéria coletável 17%, o restante à taxa de 21% (a taxa de Derrama, no concelho de Vila Nova de Gaia, é de 1,25%).

Nos termos do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, a Entidade encontra-se sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos, às taxas previstas no referido código.

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos na Demonstração dos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 foram os seguintes:

<i>(valores expressos em euros)</i>		
Imposto sobre o Rendimento	2023	2022
1. Resultado Contabilístico do Período (antes de impostos)	2.317.315,20	2.326.196,27
2. Imposto Corrente	487.058,36	423.566,90
3. Imposto Diferido	1.820,09	1.820,09
4. Imposto sobre o rendimento do período	488.878,45	425.386,99
5. Taxa efetiva de imposto	21,10%	18,29%

A diferença entre o imposto estimado para o período e o Resultado Antes de Impostos * 22,5% está relacionada não só com o montante dos impostos diferidos e com a utilização de uma taxa de IRC reduzida (17%) para os primeiros 50.000€ de lucro, mas também com o cálculo das Tributações Autónomas e com a utilização de um benefício fiscal de dedução à coleta (Sifide), no montante de 102.500 Euros, por via de investimentos efetuados. O referido benefício fiscal, conseguido por via da aquisição de unidades de participação dos fundos *Quadrantis Innovation Fund II*, num total de 200.000€ (duzentos e cinquenta mil euros), financiou empresas associadas a atividades de investigação e desenvolvimento. A formalização da respetiva candidatura decorrerá, após fecho de contas do exercício corrente, até 31 de maio.

As candidaturas ao SIFIDE dos anos anteriores foram todas submetidas e aprovadas (aguardamos apenas a certificação da candidatura do ano de 2022).

(valores expressos em euros)				
Ativos por Impostos Diferidos	2023			2022
	Quantias	Variação em valor	Variação face ao período anterior	Quantias
Amortizações n/ aceites fiscalmente	10.639,28 €	1.329,91	14,29%	9.309,37 €
Ben. de reforma qu. n/ há f. ext.	0,00 €	0,00		0,00 €
Diferenças entre o justo valor e bt	0,00 €	0,00		0,00 €
Prejuízos fiscais	0,00 €	0,00		0,00 €
Efeito transp. de dem. financeiras	0,00 €	0,00		0,00 €
Dupla tributação	0,00 €	0,00		0,00 €
Rec. inicial de activos e passivos	0,00 €	0,00		0,00 €
Benefícios Fiscais	1.575,00 €	(3.150,00)	66,67%	4.725,00 €
TOTAL	12.214,28 €	(1.820,09)	0,00%	14.034,37 €

O movimento ocorrido nos ativos e passivos por impostos diferidos foram os seguintes:

- Aumento em 1.329,91 € do ativo por impostos diferidos com origem na diferença temporal entre a aceitação fiscal e o registo contabilístico da depreciação da carteira adquirida a “Homem Cardoso”.
- Redução, em 3.150 € do ativo por impostos diferidos relativo à utilização do benefício fiscal relativo à remuneração convencional do capital;

Assim, os ativos por impostos diferidos totalizam, a 31/12/2023, 12.214,28 € (14.034,37 € a 31/12/2022).

16. Instrumentos financeiros

a. Ativos e Passivos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as rubricas de clientes, fornecedores e outras contas a receber e a pagar apresentavam a seguinte composição:

<i>(valores expressos em euros)</i>						
Ativos Financeiros	31/12/2023			31/12/2022		
	mensurados ao custo	Perdas por Imparidade	Total	mensurados ao custo	Perdas por Imparidade	Total
Clientes cc	434.859,02 €	0,00 €	434.859,02 €	92.915,13 €	0,00 €	92.915,13 €
Outros créditos a receber	1.656.366,19 €	0,00 €	1.656.366,19 €	1.066.796,11 €	0,00 €	1.066.796,11 €
- Acréscimos de rendimentos	1.606.433,71 €	0,00 €	1.606.433,71 €	930.732,63 €	0,00 €	930.732,63 €
- Outros devedores	48.659,45 €	0,00 €	48.659,45 €	136.063,48 €	0,00 €	136.063,48 €

<i>(valores expressos em euros)</i>						
Passivos Financeiros	31/12/2023			31/12/2022		
	mensurados ao custo	Perdas por Imparidade	Total	mensurados ao custo	Perdas por Imparidade	Total
Fornecedores cc	40.590,89 €	0,00 €	40.590,89 €	21.670,05 €	0,00 €	21.670,05 €
Outras dívidas a pagar	2.710.948,51 €	0,00 €	2.710.948,51 €	1.368.512,98 €	0,00 €	1.368.512,98 €
- Acréscimos de gastos	1.248.116,88 €	0,00 €	1.248.116,88 €	796.013,96 €	0,00 €	796.013,96 €
- Pessoal	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
- Companhias	1.459.068,67 €	0,00 €	1.459.068,67 €	492.856,64 €	0,00 €	492.856,64 €
- Outros credores	3.762,96 €	0,00 €	3.762,96 €	79.642,38 €	0,00 €	79.642,38 €

Dos montantes acima referidos a pagar às Companhias, parte encontra-se em disponibilidades 1.418.914,93 (ver nota 4), de acordo com o normativo aplicável, segregados em contas bancárias próprias.

No quadro abaixo, detalham-se os valores de “acréscimos de rendimentos” e “acréscimo de gastos”:

<i>(valores expressos em euros)</i>			
Acréscimos de rendimentos	2023		2022
	Quantias	Varição em valor	Quantias
Rappel	1.102.910,38 €	257.625,12	845.285,26 €
Acréscimos de rendimentos comissões companhias	337.376,33 €	299.920,52	37.455,81 €
Outros acréscimos de rendimentos	166.147,00 €	118.155,44	47.991,56 €
TOTAL	1.606.433,71 €	675.701,08 €	930.732,63 €

<i>(valores expressos em euros)</i>			
Acréscimos de gastos	2023		2022
	Quantias	Varição em valor	Quantias
Remunerações a Liquidar	682.508,51 €	153.654,42	528.854,09 €
Comissões	522.068,60 €	292.045,99	230.022,61 €
Outros acréscimos de gastos	43.539,77 €	6.402,51	37.137,26 €
TOTAL	1.248.116,88 €	452.102,92 €	796.013,96 €

Espera-se que todas as linhas de passivo mencionadas no quadro acima sejam recuperadas ou liquidadas num prazo inferior a 12 meses.

b. Estado e Outros Entes Públicos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica “Estado e outros entes públicos” apresentava a seguinte composição:

<i>(valores expressos em euros)</i>			
EOEP - Saldos a Favor da Empresa	31/12/2023		31/12/2022
	Quantias	Varição face ao período anterior	Quantias
IRC - a recuperar	1.121,78 €		0,00 €
TOTAL	1.121,78 €		0,00 €
EOEP - Saldos a Favor do Estado	31/12/2023		31/12/2022
	Quantias	Varição face ao período anterior	Quantias
Imposto sobre o rendimento	0,00 €	(100,00%)	104.350,49 €
IVA - A pagar	3.065,08 €	(25,36%)	4.106,64 €
Retenção de impostos sobre rendimentos	42.825,57 €	(19,27%)	53.047,52 €
Outras tributações	0,00 €	(100,00%)	1.221,68 €
Contribuições para a Segurança Social	59.295,08 €	10,33%	53.745,29 €
TOTAL	105.185,73 €	(51,41%)	216.471,62 €

Espera-se que todas as linhas de passivo mencionadas no quadro acima sejam recuperadas ou liquidadas num prazo inferior a 12 meses.

c. Juros

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a sociedade teve os seguintes rendimentos com juros e similares:

Juros e Similares Suportados	2023			2022
	Quantias	Varição em valor	Varição face ao período anterior	Quantias
Juros de contr. de loc. financeiras	7.623,71 €	5.688,48	293,94%	1.935,23 €
TOTAL	7.623,71 €	5.688,48	293,94%	1.935,23 €

d. Outros Rendimentos e outros Gastos

(valores expressos em euros)

Outros Rendimentos	2023			2022
	Quantias	Varição em valor	Varição face ao período anterior	Quantias
Rendimentos suplementares	2.027,76 €	2.027,76		0,00 €
Outros	9.177,51 €	(12.612,46)	(57,88%)	21.789,97 €
Rend. e ganhos em investimentos não financeiros	529,00 €	(7.199,53)	(93,16%)	7.728,53 €
Juros obtidos	1.999,57 €	1.981,69	11083,28%	17,88 €
Dividendos obtidos	2.037,02 €	(779,25)	(27,67%)	2.816,27 €
TOTAL	15.770,86 €	(16.581,79)	(51,25%)	32.352,65 €

(valores expressos em euros)

Outros Gastos	2023			2022
	Quantias	Varição em valor	Varição face ao período anterior	Quantias
Impostos	159.343,25 €	15.217,02	10,56%	144.126,23 €
Gastos e perdas nos restantes inv.financeiros	337,48 €	337,48		0,00 €
Correcções relativas a períodos anteriores	15.561,82 €	(2.223,38)	(12,50%)	17.785,20 €
Donativos	12.318,73 €	6.988,73	131,12%	5.330,00 €
Quotizações	30.418,23 €	5.368,94	21,43%	25.049,29 €
Diferenças de Câmbio Desfavoráveis (op.)	0,00 €	(231,31)	(100,00%)	231,31 €
Outros gastos e perdas de financiamento	341,80 €	341,80		0,00 €
Outros não Especificados	7.391,55 €	7.101,06	2444,51%	290,49 €
TOTAL	225.712,86 €	32.900,34	17,06%	192.812,52 €

17. Capital

a. Capital Social

O capital social da empresa está dividido e representado por quinhentas mil ações nominativas com o valor nominal de um euro cada.

Em 31 de dezembro de 2023, o capital da sociedade, no montante de 500.000 €, encontrava-se totalmente subscrito e realizado.

b. Reserva Legal

De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual, se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital social (com um montante mínimo de 2.500,00 €). Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para

absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a reserva legal ascendia a 110.000,00.

c. Outras Reservas

As outras reservas, no montante de 1.501.832,32 €, resultam de lucros gerados (parte dos quais, através da fusão acima enunciada) pela sociedade em períodos anteriores e que se deliberou manter na sociedade e detalham-se da seguinte forma:

- Reservas Livres: 1.094.373,45 (893.564,17 € em 31/12/2022);
- Reserva fiscal para investimentos: 185.000 € (185.000 € em 31/12/2022);
- Reserva fusão: 222.458,87 € (222.458,87 € em 31/12/2022);

A reserva fiscal para investimentos resulta da Reserva Especial por Lucros retidos e Reinvestidos.

d. Resultados Transitados

Os resultados transitados, perfazem o montante de 31.496,32 €, resultam de resultados gerados pelas participadas.

e. Limite da distribuição de bens aos acionistas

Sem prejuízo do preceituado quanto à redução do capital social, não podem ser distribuídos aos acionistas bens da sociedade quando o capital próprio desta, incluindo o resultado líquido do exercício, tal como resulta das contas elaboradas e aprovadas nos termos legais, seja inferior à soma do capital social e das reservas que a lei ou o contrato não permitem distribuir aos acionistas ou se tornasse inferior a esta soma em consequência da distribuição.

Os incrementos decorrentes da aplicação do justo valor através de componentes do capital próprio, incluindo os da sua aplicação através do resultado líquido do exercício, apenas relevam para poderem ser distribuídos aos acionistas bens da sociedade, a que se refere o número anterior, quando os elementos ou direitos que lhes deram origem sejam alienados, exercidos, extintos, liquidados ou, também quando se verifique o seu uso, no caso de ativos fixos tangíveis e intangíveis.

Os rendimentos e outras variações patrimoniais positivas, reconhecidos em consequência da utilização do método da equivalência patrimonial, nos termos das normas contabilísticas e de relato financeiro, apenas relevam para poderem ser distribuídos aos acionistas, quando sejam realizados.

18. Benefícios dos empregados

Os benefícios dos empregados encontram-se refletidos em gastos com pessoal e não incluem benefícios pós-emprego, com exceção das contribuições obrigatórias legalmente, nem outros benefícios a longo prazo. Os gastos reconhecidos detalham-se como segue:

<i>(valores expressos em euros)</i>				
Benefícios dos Empregados	2023		2022	
	Valor	%	Valor	%
Gastos com o pessoal	3.414.300,79 €	100%	2.842.331,71 €	100%
Remunerações dos órgãos sociais	229.790,00 €	7%	207.816,25 €	7%
Remunerações do pessoal	2.416.955,28 €	71%	2.023.738,55 €	71%
Indemnizações	25.538,40 €	1%		
Encargos sobre remunerações	548.591,88 €	16%	462.526,79 €	16%
Seg. Acid. Trab. e Doenças Prof.	14.469,54 €	0%	9.198,75 €	0%
Gastos de acção social	92.590,32 €	3%		
Outros gastos com o pessoal	86.365,37 €	3%	139.051,37 €	5%

As remunerações da Administração ascenderam a 324.078,83 € (255.251,30 € no ano anterior), incluindo os encargos com a Segurança Social (nota 6).

O número medio de colaboradores durante o ano de 2023 foi 80 (2022: 71).

19. Divulgações exigidas por diplomas legais

a. Dívidas em mora para com o Estado ou Outros Entes Públicos

Não existem quaisquer dívidas em mora para com o Estado ou outros Entes Públicos.

b. Informação por mercados geográficos

(valores expressos em euros)				
Informação por mercados geográficos	2023			
	Interno	Comunitário	Outros Mercados	Total
Prestações de Serviços	10.460.278,78	217.437,84	24.055,42	10.701.772,04
Fornecimentos e serviços externos	3.646.350,74	861.698,99	18.065,35	4.526.115,08
Aquisições de ativos fixos tangíveis	118.744,63	0,00	0,00	118.744,63
Aquisições de ativos intangíveis	34.403,84	0,00	0,00	34.403,84

Informação por mercados geográficos	2022			
	Interno	Comunitário	Outros Mercados	Total
Prestações de Serviços	10.020.079,49	266.659,48	2.122,67	10.288.861,64
Fornecimentos e serviços externos	4.758.159,76	0,00	0,00	4.758.159,76
Aquisições de ativos fixos tangíveis	189.850,08	0,00	0,00	189.850,08
Aquisições de ativos intangíveis	27.937,97	0,00	0,00	27.937,97

c. Honorários do Revisor Oficial de Contas

Os honorários do Revisor Oficial de Contas atribuídos ao exercício económico de 2023 foram de 27.060,00 € (valor com IVA). Estes montantes são única e exclusivamente relacionados com a revisão legal das contas anuais.

20. Outras informações

a. Fornecimentos e serviços externos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica de fornecimentos e serviços externos apresentava a seguinte composição:

(valores expressos em euros)				
Fornecimentos e serviços externos	2023			2022
	Quantias	Variação em valor	Variação face ao período anterior	Quantias
Trabalhos especializados	441.736,94 €	(25.478,46)	(5,45%)	467.215,40 €
Publicidade e propaganda	69.600,08 €	18.237,45	35,51%	51.362,63 €
Vigilância e segurança	2.575,67 €	(866,13)	(25,17%)	3.441,80 €
Honorários	0,00 €	(19.952,31)	(100,00%)	19.952,31 €
Comissões	3.283.658,34 €	(239.669,59)	(6,80%)	3.523.327,93 €
Conservação e reparação	25.532,81 €	(25.572,86)	(50,04%)	51.105,67 €
Serviços bancários	3.680,92 €	(2.159,20)	(36,97%)	5.840,12 €
Outros	11.471,23 €	1.736,89	17,84%	9.734,34 €
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	16.361,58 €	12.082,71	282,38%	4.278,87 €
Livros e documentação técnica	363,11 €	363,11		0,00 €
Material de escritório	14.618,37 €	(18.688,43)	(56,11%)	33.306,80 €
Artigos para oferta	8.749,26 €	7.241,28	480,20%	1.507,98 €
Artigos de Decoração	14.348,13 €	13.288,58	1254,17%	1.059,55 €
Outros	780,41 €	(3.444,44)	(81,53%)	4.224,85 €
Eletricidade	11.142,62 €	3.367,23	43,31%	7.775,39 €
Combustíveis	38.662,12 €	(792,70)	(2,01%)	39.454,82 €
Água	3.348,30 €	(463,64)	(12,16%)	3.811,94 €
Deslocações e estadas	140.479,15 €	51.842,56	58,49%	88.636,59 €
Rendas e alugueres	238.447,86 €	(4.672,86)	(1,92%)	243.120,72 €
Comunicação	61.786,10 €	1.701,46	2,83%	60.084,64 €
Seguros	41.776,64 €	2.779,01	7,13%	38.997,63 €
Contencioso e notariado	117,00 €	(2.179,50)	(94,91%)	2.296,50 €
Despesas de representação	37.414,05 €	(9.829,70)	(20,81%)	47.243,75 €
Limpeza, higiene e conforto	13.108,89 €	1.555,66	13,47%	11.553,23 €
Outros serviços	40.537,57 €	1.711,27	4,41%	38.826,30 €
TOTAL	4.526.115,08 €	(232.044,68)	(4,88%)	4.758.159,76 €

Durante o exercício de 2023 registou-se uma redução do peso das cedências a agentes pelo que crescimento da atividade foi feito, estrategicamente, por via da venda direta ao cliente.

b. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica de diferimentos apresentava a seguinte composição:

(valores expressos em euros)				
Diferimentos (ativo)	31/12/2023			31/12/2022
	Quantias	Varição em valor	Varição face ao período anterior	Quantias
Rendas	14.700,13 €	927,01	6,73%	13.773,12 €
Seguros	2.901,55 €	(16.921,70)	(85,36%)	19.823,25 €
Comissões em simulação	12.391,30 €	12.391,30		0,00 €
Outros Gastos a reconhecer	23.961,05 €	(12.611,13)	(34,48%)	36.572,18 €
TOTAL	53.954,03 €	(16.214,52)	(23,11%)	70.168,55 €

(valores expressos em euros)				
Diferimentos (passivo)	31/12/2023			31/12/2022
	Quantias	Varição em valor	Varição face ao período anterior	Quantias
Rendimentos a reconhecer	884,80 €	884,80		0,00 €
TOTAL	884,80 €	884,80		0,00 €

c. Garantias

A “F. Rego – Corretores de Seguros SA” interveio num contrato de financiamento para aquisição de imóveis por uma empresa relacionada, a sociedade “Regolding - Patrimonial, SA”, enquanto tomador condicional. O valor de aquisição do referido imóvel pela “Regolding – Patrimonial, SA” ascendeu a 532.387,01 €. Esta aquisição foi em regime de locação financeira.

d. Créditos comerciais com o exterior

No quadro abaixo podem verificar-se os montantes relativos a créditos comerciais com o exterior a 31 de dezembro de 2023 e de 2022:

Créditos comerciais com o exterior	31/12/2023			31/12/2022
	Quantias	Variação em valor	Variação face ao período anterior	Quantias
Cientes - gr - mercado intracomunitário	0,00 €	0,00		0,00 €
Cientes - gr - mercado externo	0,00 €	0,00		0,00 €
Total da conta de clientes relativa a não residentes	0,00 €	0,00		0,00 €
Fornecedores - gr - mercado intracomunitário	(202,79)	1.497,21	(88,07%)	(1.700,00)
Fornecedores - gr - outros mercados	(5.544,75)	(5.544,75)		0,00 €
Total da conta de fornecedores relativa a não residentes	(5.747,54)	(4.047,54)	238,09%	(1.700,00)

a. Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

A empresa não registou provisões, no exercício em apreço.

Não existiam quaisquer ativos ou passivos contingentes à data do Balanço.

21. Fatores de Risco Financeiro

A atividade da Empresa está exposta a uma variedade de fatores de risco financeiro: risco de crédito, risco de liquidez e risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro, entre outros.

A gestão do risco é conduzida pela Administração que identifica, avalia e realiza operações com vista à minimização dos riscos financeiros.

22. Proposta de aplicação do resultado

A Administração da F. Rego - Corretores de Seguro, SA propõe que o Resultado Líquido do Período, no montante de 1.828.436,75 € (um milhão e novecentos e vinte mil, oitocentos e vinte euros e noventa e um cêntimos), tenha a seguinte aplicação:

- Distribuição de dividendos: 1.700.000 € (um milhão e setecentos mil euros);

- Reservas livres: 128.436,75 € (Cento e vinte oito mil, quatrocentos e trinta e seis euros e setenta e cinco cêntimos).

De igual modo, propõe-se a distribuição de Gratificações de Balanço, por via dos resultados, de cerca de 231.180,30 € (duzentos e trinta e um mil, cento e oitenta euros e trinta cêntimos), sendo que o referido valor já se encontra considerado nas Demonstrações Financeiras integrantes ao presente relatório.

Importa referir que, de acordo com o estipulado no Código das Sociedades Comerciais, a aprovação da proposta acima necessita de uma maioria em Assembleia Geral superior a $\frac{3}{4}$ do capital social. Caso contrário, existe a obrigatoriedade da Sociedade distribuir pelos Sócios metade do resultado distribuível.

23. Prestação do serviço de distribuição de seguros ou de resseguros

a) Descrição das políticas contabilísticas adotadas

As prestações de serviço são constituídas, na sua maioria, por comissões relacionadas com prémios de seguros, sendo apenas reconhecidas como rédito quando se verifica a cobrança desses prémios. Existem ainda prestações de serviços relacionadas com consultoria prestada no âmbito da atividade da empresa.

No que concerne aos recibos de prémios remetidos à “F. Rego” pelas Companhias de Seguros, para efeitos de cobrança, não é efetuado qualquer registo contabilístico até ao momento do efetivo recebimento do prémio por esta sociedade, uma vez que os tomadores têm liberdade de pagar os prémios através de qualquer canal alternativo. Originando, nesse momento, a obrigação da entrega desse prémio (eventualmente deduzido da respetiva comissão) à Companhia de Seguros.

Nos casos em que os tomadores dos seguros fazem o pagamento diretamente às Companhias de Seguros, a empresa procede ao registo da comissão, na demonstração dos resultados do exercício em que ocorreu a efetiva cobrança no prémio por parte das companhias de seguros.

Nas situações em que a empresa tem direito ao recebimento de comissões adicionais em função da sinistralidade/objetivos da carteira no exercício, são consideradas as melhores estimativas dos montantes a receber com base na informação disponível à data de preparação das Demonstrações Financeiras.

As estimativas do “rappel” que as companhias de seguro pagam no exercício seguinte, mas que se reportam aos objetivos conseguidos no ano de reporte são reconhecidas como rendimento do período, por contrapartida de “acréscimos de rendimentos”.

b) Indicação do total das remunerações recebidas desagregadas por natureza

As remunerações de 2023 ascenderam a 10.701.772,04€ (10.288.861,64€ no ano anterior). Deste montante global, foi recebido, durante o ano de 2023, o valor de 9.164.002,64 € (9.690.626,99 € em 2022). Dos restantes, 1.102.910,38 € (505.319,52 € em 2022) dizem respeito a acréscimos de rendimentos decorrentes da aplicação da política contabilística descrita na alínea anterior e 434.859,02 € (92.915,13 € em 2022) a valores ainda não recebidos de clientes.

c) Total de remunerações relativas a seguros desagregados por ramos “Vida”, “Fundos de Pensões” e “Não Vida” e por origem

<i>(valores expressos em euros)</i>						
Por entidade (origem)	Remunerações					
	Ramo Vida		Ramo Não Vida		Fundo de Pensões	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Empresas de Seguros	133.452,19 €	228.291,27 €	10.568.319,85 €	10.060.397,32 €	0,00 €	0,00 €
Outros Mediadores					0,00 €	0,00 €
Cientes (outros)					0,00 €	0,00 €
Total	133.452,19 €	228.291,27 €	10.568.319,85 €	10.060.397,32 €	0,00 €	0,00 €

d) Indicação da existência de níveis de concentração, ao nível de empresas de seguros, outros mediadores e clientes, iguais ou superiores a 25% do total das remunerações auferidas pela carteira;

Não aplicável

e) Valores das contas de “clientes”

As contas bancárias que contêm os fundos que são propriedade de terceiros (normalmente designadas por “contas clientes”) apresentavam os seguintes saldos iniciais e finais e foram objeto dos seguintes movimentos:

<i>(valores expressos em euros)</i>		
BCP - conta "clientes"	Valores das contas "clientes"	
	2023	2022
Saldo no final do período	1.418.914,93 €	354.099,40 €
Saldo no início do período	354.099,40 €	562.595,60 €
Volume movimentado no exercício		
A débito	43.068.591,40 €	37.162.941,22 €
A crédito	42.078.301,78 €	37.371.437,42 €

f) Contas a receber e a pagar desagregadas por origem

(valores expressos em euros)

Por Entidade (origem)	Saldo Contabilístico no final do período			
	Contas a receber		Contas a pagar	
	2023	2022	2023	2022
Tomadores de Seguros				
Empresas de Seguros	37.700,03 €	119.413,48 €	1.383.668,61 €	482.613,63 €
Total	37.700,03 €	119.413,48 €	1.383.668,61 €	482.613,63 €

g) Valores agregados incluídos nas contas a receber e a pagar

(valores expressos em euros)

Por Natureza	Saldo Contabilístico no final do período			
	Contas a receber		Contas a pagar	
	2023	2022	2023	2022
A			1.383.668,61 €	482.613,63 €
B	37.700,03 €	119.413,48 €		
C				
D				
E				
Total	37.700,03 €	119.413,48 €	1.383.668,61 €	482.613,63 €

Legenda:

A – Fundos recebidos com vista a serem transferidos para as empresas de seguros para pagamento de prémios de seguro

B – Fundos em cobrança com vista a serem transferidos para as empresas de seguros para pagamento de prémios de seguro

C – Fundos que lhe foram confiados pelas empresas de seguros com vista a serem transferidos para tomadores de seguros, segurados ou beneficiários

D – Remunerações respeitantes a prémios de seguro já cobrados e por cobrar

E – Outras quantias

h) Idade das contas a receber vencida à data de relato

Não existe saldo vencido nas “contas a receber” relacionado com atividades de corretagem.

i) Garantias colaterais detidas a título de caução e outros aumentos de crédito

Não aplicável.

j) Transmissões de carteiras de seguros

Em 2023 não foram transacionadas carteiras de seguros.

k) Contratos cessados com empresas de seguros e indemnizações de clientela

Não ocorreram cessações de contratos de seguros, nem foram pagas ou recebidas indemnizações de clientela.

l) Natureza de obrigações materiais, incluindo passivos contingentes

Não aplicável.

m) Indicação das quatro empresas de seguros cuja representação das remunerações pagas ao corretor de seguros em relação ao total das remunerações auferidas pela sua carteira seja mais elevada, com indicação das respetivas percentagens

CE-Companhias		<i>(valores expressos em euros)</i>			
		Remunerações (ramo vida, não vida e fundos de pensões)			
		€		%	
		2023	2022	2023	2022
1011	Fidelidade	3.050.921,20 €	2.314.977,73 €	28,51%	22,50%
1197	Tranquilidade	1.318.255,85 €	1.173.843,89 €	12,32%	12,71%
5083	VAV	813.210,77 €	1.765.017,41 €	7,60%	17,15%
37054	Ageas	684.349,56 €	565.341,41 €	6,39%	5,24%
4171	AXA AG	539.362,21 €	539.003,15 €	5,04%	5,24%

n) O valor total dos fundos que recebeu com vista a serem transferidos para as empresas de seguros para pagamento de prémios relativamente aos quais as mesmas não lhe tenham outorgado poderes para o recebimento em seu nome

Não aplicável

o) O valor total dos fundos que recebeu com vista a serem transferidos para os resseguradores para pagamento de prémios relativamente aos quais não lhe foram outorgados poderes de cobrança

Não aplicável

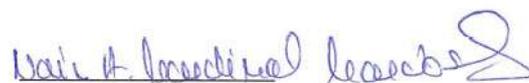
p) O valor total dos fundos que lhe foram confiados pelos resseguradores com vista a serem transferidos para as empresas de seguros cedentes que não lhe hajam outorgado poderes de quitação das quantias recebidas

Não aplicável

O Conselho de Administração

 Son Paulo 

O Contabilista Certificado



PARECER DO CONSELHO FISCAL





Deloitte & Associados, SROC S.A.
 Registo na OROC n.º 43
 Registo na CMVM n.º 20161389
 Bom Sucesso Trade Center
 Praça do Bom Sucesso, 61 - 13º
 4150-146 Porto
 Portugal

Tel: +(351) 225 439 200
www.deloitte.pt

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

**Aos Acionistas da
 F. Rego – Corretores de Seguros, S.A.**

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a atividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da F. Rego – Corretores de Seguros, S.A. (“Entidade”), relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

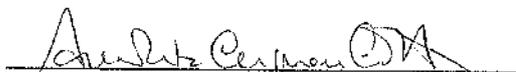
Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da atividade da Entidade, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços da Entidade as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o balanço em 31 de dezembro de 2023, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data e o correspondente anexo. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório de Gestão do exercício de 2023 preparado pelo Conselho de Administração e da proposta de aplicação de resultados nele incluída. Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas, que se dá aqui por integralmente reproduzida e que não inclui reservas.

Face ao exposto, somos de opinião que, as demonstrações financeiras supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta de aplicação de resultados nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral de Acionistas.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços da Entidade o nosso apreço pela colaboração prestada.

Porto, 12 de abril de 2024



Deloitte & Associados, SROC S.A.
 Representada por Ana Rita Cerqueira Cotta, ROC
 Registo na OROC n.º 1199
 Registo na CMVM n.º 20160810



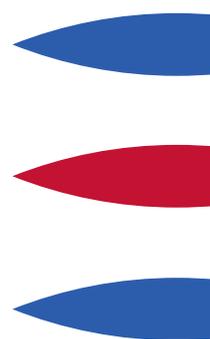
“Deloitte”, “nós” e “nossa” refere-se a uma ou a várias formas abrangendo o entidades relacionadas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), a DTLL (também referida como “Deloitte Global”) e a cada uma das firmas-membro e entidades relacionadas são entidades legais separadas e independentes entre si e, consequentemente, para todos e quaisquer efeitos, não obrigam ou vinculam as demais. A DTLL e cada firma-membro da DTLL e respectivas entidades relacionadas são exclusivamente responsáveis pelos seus próprios atos e omissões não podem ser responsabilizadas pelos atos e omissões das outras. A DTLL não presta serviços a clientes. Para mais informação, acesse a www.deloitte.com/pt/about

A Deloitte é líder global na prestação de serviços de Audit & Assurance, Tax & Legal, Consulting, Financial Advisory e Risk Advisory a quase 90% do Fortune Global 500® entre milhares de empresas privadas. Os nossos profissionais apresentam resultados duradouros e mensuráveis, o que reforça a confiança pública nos mercados de capital, permitindo o sucesso dos nossos clientes e direcionando a uma economia mais forte, a uma sociedade mais equitativa e a um mundo mais sustentável. Com mais de 175 anos de história, a Deloitte está presente em mais de 150 países e territórios. Saiba como os 415.000 pessoas da Deloitte criam um impacto relevante no mundo em www.deloitte.com.

Tipo: Sociedade Anónima | NIPC e Matricula: 501726311 | Capital social: € 981.070,00 | Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070 J00 Lisboa | Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 - 13º, 4150 146 Porto

© 2024 Para informações, contacte Deloitte & Associados, SROC S.A.

RELATÓRIO DE AUDITORIA





Deloitte & Associados, SROC S.A.
 Registo na OROC n.º 43
 Registo na CMVM n.º 20161389
 Bom Sucesso Trade Center
 Praça do Bom Sucesso, 61 - 13.º
 4150-146 Porto
 Portugal

Tel: +(351) 225 439 200
www.deloitte.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da F. Rego – Corretores de Seguros, S.A. (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 7.015.117,90 euros e um total de capital próprio de 3.972.388,05 euros, incluindo um resultado líquido de 1.828.436,75 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da F. Rego – Corretores de Seguros, S.A. em 31 de dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;



“Deloitte”, “bds” e “bvsos” referem-se a uma ou mais firmas-membro e entidades relacionadas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”). A DTTL (também referida como “Deloitte Global”) é cada uma das firmas-membro e entidades relacionadas são entidades legais separadas e independentes entre si e, consequentemente, para todas e quaisquer efeitos, não obrigam ou vinculam os demais. A DTTL e cada firma-membro da DTTL e respectivas entidades relacionadas são exclusivamente responsáveis pelos seus próprios atos e omissões não podendo ser responsabilizadas pelos atos e omissões dos outros. A DTTL não presta serviços a clientes. Para mais informação, confira a www.deloitte.com/pt/about.

A Deloitte é líder global na prestação de serviços de Audit & Assurance, Tax & Legal, Consulting, Financial Advisory e Risk Advisory a quase 90% da Fortune Global 500® entre milhares de empresas privadas. Os nossos profissionais apresentam resultados duradouros e mensuráveis, o que reforça a confiança pública nos mercados de capital, permitindo o sucesso dos nossos clientes e direcionando a uma economia mais forte, e uma sociedade mais equitativa e a um mundo mais sustentável. Com mais de 175 anos de história, a Deloitte está presente em mais de 150 países e territórios. Saiba como as 435.000 pessoas da Deloitte criam um impacto relevante no mundo em www.deloitte.com

Tipo: Sociedade Anónima | NIPC e Matrícula: 501776311 | Capital social: € 881.020,00 | Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa | Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 - 13.º, 4150-146 Porto

© 2024. Para informações, contacte Deloitte & Associados, SROC S.A.



- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com o órgão de gestão, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Registo na OROC n.º 43
Registo na CMVM n.º 20161389

Página 3 de 3

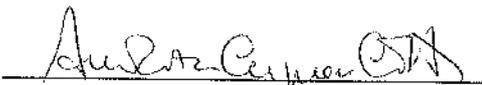
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Porto, 12 de abril de 2024



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Ana Rita Cerqueira Cotta, ROC
Registo na OROC n.º 1199
Registo na CMVM n.º 20160810



F · R E G O

F. Rego - Corretores de Seguros, S.A.
Avenida da República, 740, Sala 64
4430-190 Vila Nova de Gaia
Pessoa Coletiva matriculada na C.R.C competente,
com o número 500 887 713
Capital Social: 500.000 €